



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O conflito das Malvinas/Falkland – Aplicabilidade do modelo de desenvolvimento de uma crise internacional**

**Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria José Carlos Vieira Carujo**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Jorge Manuel Dias Sequeira**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho de 2014**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O conflito das Malvinas/Falkland – Aplicabilidade do modelo de desenvolvimento de uma crise internacional**

**Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria José Carlos Vieira Carujo**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Jorge Manuel Dias Sequeira**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho de 2014**

## **Dedicatória**

Aos meus pais e família  
pela compreensão  
e à Ana por todo o apoio.

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho só foi possível graças às pessoas que contribuíram para a minha formação pessoal, académica e profissional, no entanto, sinto a necessidade de prestar agradecimentos a pessoas em especial e a organizações no geral. Os meus sinceros agradecimentos são manifestados com profundo reconhecimento:

Em primeiro lugar, ao Tenente-Coronel Jorge Manuel Dias Sequeira, por ter aceite as funções de meu orientador, aquilo que me ensinou e como se mostrou sempre disponível abdicando de tempo na sua vida pessoal e profissional, como demonstrado através da rápida capacidade de resposta às minhas solicitações. Contribuindo com a sua experiência e conhecimentos na execução de correções necessárias e colaborando com sugestões oportunas e pertinentes no decorrer da investigação, materializando desta forma, uma ajuda crucial em todas as fases do desenvolvimento desta investigação.

Ao Major Ricardo Cristo pela ajuda demonstrada na elaboração do projeto para o Trabalho de Investigação Aplicada.

Ao Tenente-Coronel Luís Calmeiro, pela colaboração prestada na fase embrionária desta investigação, bem como pela sua constante preocupação demonstrada nesta fase.

Ao Tenente-Coronel José Estevão da Silva, na qualidade de Diretor de Curso de Infantaria, pela sua constante preocupação e prontidão demonstrada para a resolução de possíveis problemas.

Ao embaixador argentino em Portugal pela sua pronta disponibilidade para a realização da entrevista, aquando do contacto estabelecido com a embaixada.

Deixo ainda, uma palavra de apreço, à Academia Militar por toda a formação, valores inculcados, e apoio prestado, através das pessoas que a constituem.

E, ainda, à embaixada britânica pela ajuda prestada na recolha de dados do adido de defesa militar britânico em Portugal.

Por último, e não menos importante à Ana e a todos os meus camaradas do Curso Tenente-General António da Costa e Silva, pela amizade, camaradagem e apoio prestado ao longo destes últimos cinco anos.

## Epígrafe

*“O progresso, longe de consistir em mudança, depende da capacidade de retenção. Quando a mudança é absoluta, não permanece coisa alguma a ser melhorada e nenhuma direção é estabelecida para um possível aperfeiçoamento; e quando a experiência não é retida, como acontece entre os selvagens, a infância é perpétua. Aqueles que não conseguem lembrar o passado, estão condenados a repeti-lo”*  
(Santayana, 2005, p. 287)

## **Resumo**

O presente estudo sobre o conflito das ilhas Falkland, que opõem o Reino Unido à Argentina, pretende, analisar os acontecimentos atuais, identificando indícios ou causas que poderão agravar a situação conflituosa e dar origem a uma nova crise internacional como a ocorrida em 1982.

A realização da investigação tem como objetivo, efetuar a caracterização geográfica das ilhas Falkland, de forma a realizar, a análise da situação tendo em consideração os conceitos ministrados na âmbito da Teoria Geral da Guerra e na Teoria Geral da Estratégia, nomeadamente o modelo de desenvolvimento de uma crise internacional. Pretende, também, entender a importância e a dinâmica de poder em torno das ilhas, associadas aos acontecimentos atuais e a relevância da região do Atlântico Sul.

A metodologia de investigação elencada assenta nas fases conceptual, metodológica e empírica segundo um estudo descritivo, utilizando as técnicas de recolha de dados a partir de dados documentais preexistentes e a entrevistas estruturadas do tipo intensivo.

As entrevistas realizadas contribuíram para recolher os dados principais, que após realizada a análise qualitativa, permitiram comparar a informação com as ideias de outros autores.

As ilhas Falkland através das infraestruturas e meios permitem a projeção de forças, bem como manter o controlo e segurança das principais rotas marítimas que atravessam a região, nomeadamente as que passam próximas à Antártida, Rio da Prata e grande rota do Cabo. A zona económica exclusiva das ilhas e águas circundantes apresentam uma riqueza considerável, nomeadamente ao nível de recursos energéticos e alimentares, suscetíveis de serem disputados pelos atores presentes na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ilhas Falkland, Reino Unido, Argentina, Conflito, Crise Internacional

## **Abstract**

The present study on the conflict in the Falkland Islands, which oppose the United Kingdom to Argentina, aims to analyze the current events, identifying signs or causes which may aggravate the conflictual situation and lead to a new international crisis like the one that occurred in 1982.

This research intention is to do geographical characterization of the Falkland Islands, in order to perform the analysis of the situation, taking into account the concepts taught in the General Theory of War and the General Theory of Strategy, namely the development model of an international crisis. It is also intends to understand the importance and the power dynamics around the Islands, linked to current events and the relevance of the South Atlantic region.

The research methodology is based on the conceptual, methodological and empirical phases according to a descriptive study, using the techniques of data collection from existing documentary data and the structured type of intensive interviews.

The interviews helped to collect the primary data that, after a qualitative analysis, allowed comparing the information with the ideas of other authors.

Through their infrastructure and available means, the Falkland Islands allow the projection of forces, as well as the maintainance of control and security of major shipping routes that cross the region, particularly those that pass close to Antarctica, Rio de la Plata and great Cape route. The exclusive economic zone of the Islands and surrounding waters are of considerable wealth, particularly in terms of energetic and food resources, which are likely to be disputed by the actors in the region.

**KEYWORDS:** Falkland Islands, United Kingdom, Argentina, Conflict, International Crisis.

## Índice Geral

Dedicatória.....	i
Agradecimentos .....	ii
Epígrafe .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	v
Índice Geral .....	vi
Índice de Figuras .....	ix
Índice de Quadros .....	x
Lista de Apêndices.....	xi
Lista de Anexos .....	xii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos .....	xiii
 <b>Capítulo 1 - Introdução</b> .....	 1
1.1 Enquadramento / contextualização da investigação .....	1
1.2. Justificação do Tema .....	1
1.3. Objetivos.....	3
1.4. Questão Central .....	3
1.5. Questões de Investigação.....	3
1.6. Hipóteses.....	4
1.7. Metodologia.....	5
1.8. Estrutura do trabalho.....	5
 <b>Capítulo 2 - Revisão de Literatura</b> .....	 6
2.1. Geopolítica.....	6
2.2. Conflito Internacional .....	7
2.3. Crise Internacional.....	8
2.4. Guerra .....	11
2.5. Síntese Conclusiva.....	12
2.6. Aplicabilidade do modelo de crise internacional ao conflito nas Falkland .....	14



<b>Capítulo 3 - Metodologia e Procedimentos</b>	18
3.1. Tipo de Estudo	18
3.2. Amostra	19
3.3. Procedimento	20
3.4. Instrumentos	21
 <b>Capítulo 4 - Os Atores e as Falkland</b>	 23
4.1. Atores do diferendo	23
4.2. O Atlântico Sul	25
4.3. Posição geográfica das ilhas Falkland	27
4.4. Discussão	29
 <b>Capítulo 5 - Análise do Conflito</b>	 32
5.1. Prolegómenos	32
5.2. Argumentos Britânicos	34
5.3. Argumentos Argentinos	36
5.4. Contra Argumentos	37
 <b>Capítulo 6 - Perspetivas Futuras</b>	 40
6.1. Prolegómenos	40
6.2. Contribuição da Organização das Nações Unidas	41
6.3. Contributo das Organizações Regionais	42
6.3.1. União Europeia	42
6.3.2. Mercado Comum do Sul	43
6.3.3. União de Nações Sul-Americanas	43
6.3.4. Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas	44
6.4. Discussão	45

<b>Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>47</b>
Cumprimento dos Objetivos .....	47
Respostas às Questões de Investigação .....	47
Verificação das Hipóteses.....	48
Resposta à Questão Central .....	51
Limitações da Investigação.....	53
Proposta de Investigações Futuras.....	53
 Bibliografia.....	 54
Glossário.....	60
Apêndices .....	Ap-1
Anexos .....	Ax-1

## Índice de Figuras

Figura 1 - Gráfico da crise.....	10
Figura 2 - Espectro da Guerra .....	12
Figura 3 - Crise inserida no Espectro .....	13
Figura 4 - Etapas do processo de investigação .....	21
Figura 5 - As principais rotas marítimas mundiais.....	27
Figura 6 - Comandante Jim Lowther, Marinha Real Britânica .....	Ap-11
Figura 7 - Guerra Malvinas/Falkland 1982 .....	Ax-1
Figura 8 - Resolução do Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas .....	Ax-2
Figura 9 - Países e Territórios Ultramarinos .....	Ax-3

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Comparação entre os Atores .....	25
Quadro 2 - Pontos-chave das questões 1/2/3 .....	31
Quadro 3 - Pontos-chave das questões 4/5/6 .....	39
Quadro 4 - Pontos-chave das questões 7/8/9 .....	46

## **Lista de Apêndices**

Apêndice A - Guião de Entrevista para o Embaixador Argentino em Portugal.....	Ap-1
Apêndice B - Guião de Entrevista para o Adido de Defesa britânico em Portugal.....	Ap-4
Apêndice C - Entrevista ao Embaixador da Argentina.....	Ap-7
Apêndice D - Entrevista ao Adido de Defesa Britânico.....	Ap-11

## **Lista de Anexos**

Anexo A – Guerra Malvinas/Falkland 1982.....	Ax-1
Anexo B – Resolução do Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas .....	Ax-2
Anexo C – Países e Territórios Ultramarinos .....	Ax-3

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

<b>AFRICOM</b>	<i>United States Africa Command</i>
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>APA</b>	<i>American Psychological Association</i>
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>CEDNU</b>	Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas
<b>CELAC</b>	<i>Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños</i>
<b>CIA</b>	<i>Central Intelligence Agency</i>
<b>CI</b>	Comunidade Internacional
<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança da Nações Unidas
<b>DE</b>	Direção de Ensino
<b>DI</b>	Direito Internacional
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>HMS</b>	<i>Her Majesty's Ship</i>
<b>IRA</b>	<i>Irish Republican Army</i>
<b>IISS</b>	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
<b>Km</b>	Quilómetros
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>NEP</b>	Norma de Execução Permanente
<b>OI</b>	Organizações Internacionais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>RESD</b>	Revisão Estratégica de Segurança e Defesa
<b>RU</b>	Reino Unido
<b>Séc.</b>	Século
<b>SI</b>	Sistema Internacional
<b>SPI</b>	Sistema Político Internacional
<b>TGen</b>	Tenente-General

<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UN</b>	<i>United Nations</i>
<b>UNASUL</b>	União de Nações Sul-Americanas
<b>UNFPA</b>	<i>United Nations Population Fund</i>
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>US\$</b>	Dólar Americano
<b>ZEE</b>	Zona Económica Exclusiva



# **Capítulo 1**

## **Introdução**

### **1.1. Enquadramento / contextualização da investigação**

A elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito curricular dos cursos ministrados na Academia militar (AM), inserido no Tirocínio para Oficial de Infantaria. A elaboração desta investigação é conduzida em contexto de ambiente profissional com o objetivo de desenvolver capacidades e aplicar as competências adquiridas durante a formação na AM (AM, 2013).

Pretende-se com este tema perceber a importância do arquipélago das Falkland para a Argentina e para o Reino Unido (RU); para isso, analisaremos a crise internacional entre estes Estados, nos anos 80, assim como os seus antecedentes recorrendo ao modelo de desenvolvimento de uma crise internacional aplicado ao conflito das Malvinas/Falkland. Assim, neste enquadramento, procuramos perceber as relações atuais entre os dois contendores, bem como efetuar uma análise detalhada da situação.

As ilhas Falkland, incluindo as suas dependências, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul, Shetland do Sul e Orcadas do Sul, situam-se no Atlântico Sul, perto da costa argentina, do continente Antártico e do Oceano Pacífico. Em abril de 2014 fez 32 anos que a Argentina e o RU enveredaram por uma guerra quente pela posse das ilhas. O desfecho da guerra manteve a soberania das ilhas na posse do RU, apesar do elevado número de baixas e a continuação da Argentina a reclamar a sua posse, junto das Organizações Internacionais (OI).

### **1.2. Justificação do Tema**

O Atlântico Sul fica compreendido entre, América do Sul, África e Antártida. É nessa vasta massa de água que se encontra uma importante faixa de circulação, através da qual é possível estabelecer a ligação entre os oceanos Atlântico Norte, Pacífico e Índico. As

características físicas<sup>1</sup> do Atlântico Sul, os recursos naturais e a falta de uma defesa como é o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o Atlântico Norte, representam uma elevada importância tanto a nível económico como a nível político (Terezinha, 1984).

A ligação comercial principal entre os oceanos Pacífico e Atlântico é feita pelo canal do Panamá. Como alternativa existe a passagem de Drake, junto ao Cabo Horn e o estreito de Magalhães. Assim sendo, as ilhas Falkland surgem com uma excelente localização para o controlo de importantes rotas marítimas, como deduzimos na afirmação seguinte: o “*valor estratégico que o sub-factor posição induz às ilhas, materializado na possibilidade de controlo do acesso, não só à foz do Rio da Prata, mas também à grande massa continental antártica e à grande rota do Cabo, que não se encontra ao sabor de eventual instabilidade que possa afectar a passagem no Canal do Panamá*” (Dias, 2010b, p. 261).

Em 2010, o RU enviou um submarino e um efetivo de 150 homens, reforçando o seu contingente militar nas ilhas, facto que levou a Argentina a denunciar junto da Organização das Nações Unidas (ONU) a militarização do Atlântico Sul e a possível instalação de armas nucleares na região por parte do RU, trazendo para a agenda do dia as antigas pretensões territoriais argentinas sobre as ilhas. O facto alarmou de tal forma o executivo argentino, que levou a sua presidente, Cristina Kirchner, a enviar uma carta ao Primeiro-ministro britânico, James Cameron, para que o diálogo em torno da soberania das ilhas seja retomado na ONU. A resposta de James Cameron foi rápida afirmando que a Argentina ignora a vontade dos habitantes das ilhas, que são britânicos por opção, advertindo inclusivamente que não hesitará em recorrer à força para manter o domínio britânico sobre as ilhas. Sendo duas Nações geograficamente distantes, integrantes de diferentes OI porém com membros em comum e as características implícitas ao facto do RU ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)<sup>2</sup>, tornam o diferendo interessante, do ponto de vista académico, ao qual se pode aplicar aquilo que é comumente designado como modelo de desenvolvimento e gestão de crises internacionais.

---

<sup>1</sup> Grandes profundidades das regiões abissais a curtas distâncias da costa sul-americana ou africana, ventos fracos ao longo da costa e ao centro do oceano e o movimento das águas é no sentido anticiclónico (Terezinha, 1984).

<sup>2</sup> O CSNU é o órgão da ONU que tem como responsabilidade primária a manutenção da paz e segurança internacional, é composto por 15 membros, 5 permanentes e 10 eleitos pela Assembleia da ONU onde estão todos os Estados da ONU, para mandatos de 2 anos (United Nations, s.d.).

### 1.3. Objetivos

Para um melhor conhecimento e enquadramento do tema, realizamos uma caracterização geográfica e a análise do Atlântico Sul. Além disso, efetuaremos uma abordagem sociológica do conflito de 1982, em torno das ilhas Falkland, no âmbito da Teoria Geral da Guerra, através da análise das relações entre os dois contendores, aplicando o modelo de desenvolvimento de uma crise internacional; pretendemos, também, analisar o conflito (atual), no âmbito da Teoria Geral da Estratégia. Baseados no exemplo da crise internacional, de 1982, procuramos analisar e caracterizar o diferendo, e quando possível, associá-lo e relacioná-lo com o modelo de Loureiro dos Santos (1983).

Complementarmente, foram estabelecidos objetivos específicos: identificar os conceitos de Geopolítica, Conflito, Crise e Guerra, associando-os aos acontecimentos em torno das Ilhas; verificar a importância do Atlântico Sul; e procurar entender a importância e a dinâmica de poder em torno das ilhas.

### 1.4. Questão Central

A problemática deste tema foi formulada sob a forma de uma questão central, a qual norteou toda a nossa pesquisa e reflexão, foram tidos em conta aspetos como a sua exequibilidade, clareza e pertinência (Quivy & Campenhoudt, 2005).

A questão central denominada por questão de investigação por alguns autores “*é uma interrogação explícita relativa a um domínio que se deve explorar com vista a obter novas informações. É um enunciado interrogativo claro e não equivoco que precisa os conceitos-chave, específica a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica.*” (Fortin, 2009, p. 51).

Assim sendo, esta investigação procura responder à seguinte **questão central**: “*Qual a importância das ilhas Falkland no diferendo entre o Reino Unido e a Argentina?*”.

### 1.5. Questões de Investigação

Após a formulação da nossa questão central, surge a necessidade de elaborar uma pesquisa bibliográfica relacionada com o tema a investigar, criando condições para perceber

se a questão de partida inicialmente elaborada é suscetível de uma investigação. Desta forma surgem-nos inevitavelmente as questões de investigação, que nos orientam e às quais pretendemos responder durante a nossa investigação.

As questões de investigação são “*enunciados interrogativos precisos, escritos no presente, e que incluem habitualmente uma ou duas variáveis assim como a população estudada. (...) Decorrem diretamente do objectivo e especificam os aspectos a estudar*” (Fortin, 2009, p. 101).

Assim sendo, as nossas Questões de Investigação são:

1. Quais são os motivos do atual conflito?
2. Que possíveis soluções poderão existir para a resolução do diferendo?
3. Quais são os argumentos de ambas as unidades políticas para reclamar a soberania das Ilhas Falkland?
4. Qual é a importância da posição Geográfica das Ilhas Falkland?

## 1.6. Hipóteses

As hipóteses são “*suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias para o problema de pesquisa. As hipóteses são provisórias porque poderão ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da pesquisa*” (Carvalho, 2009a, p. 124).

Decorrentes da questão central e das questões de investigação, elaboramos um conjunto de hipóteses que nos permitirão validar e responder à questão central, resultando as seguintes:

Hipótese 1 – As Ilhas Falkland são importantes para o Reino Unido manter o controlo de rotas marítimas na região;

Hipótese 2 – A resolução do diferendo pela soberania das Ilhas Falkland passa pela intervenção da Comunidade Internacional;

Hipótese 3 – O argumento do Reino Unido pela manutenção da soberania sobre as Ilhas Falkland tem em consideração a vontade da população querer continuar a ser britânica;

Hipótese 4 – Os argumentos da Argentina ao reclamar a soberania sobre as Ilhas Falkland deve-se à proximidade geográfica e a fundamentos históricos;

Hipótese 5 – A descoberta de recursos energéticos contribui para aumentar a dificuldade de resolução do conflito.

## 1.7. Metodologia

Para o desenvolvimento desta temática e relativamente aos métodos e técnicas utilizados na pesquisa e investigação, destacam-se as formas bibliográfica e documental, nomeadamente obras publicadas, artigos de fundo e de opinião publicados em revistas nacionais, estrangeiras e em sítios da Internet.

A redação do relatório é realizada de acordo com a Norma de Execução Permanente (NEP) 520/DE, (2ª ed.) (Academia Militar, 2013), contudo, devido ao facto de, os exemplos das referências bibliográficas e citações preconizados na NEP 520/DE, (2ª ed.) (Academia Militar, 2013), serem omissos em alguns casos, sendo os mesmos referentes à revogada 4ª edição da norma da American Psychological Association (APA), optamos por utilizar a 6ª edição da norma APA. Os autores de referência utilizados foram Quivy & Campenhoudt (2005) e Fortin (2009).

## 1.8. Estrutura do trabalho

O presente trabalho é composto por seis capítulos estruturados da seguinte forma: introdução; revisão de literatura; metodologia e procedimentos; o conflito das Falkland; apresentação, análise e discussão de resultados; e as conclusões e recomendações.

No primeiro capítulo é feito o enquadramento, justificação do tema bem como elaborar a sua problemática, são ainda enumerados os objetivos e referências à metodologia utilizada. Seguidamente é realizada uma parte mais teórica contemplada no segundo capítulo, onde são apresentados os conceitos significativos para a temática e fazemos uma abordagem histórica e contextual sobre a mesma.

A restante estrutura contempla uma parte prática e as conclusões, assim sendo a parte prática inicia-se com o terceiro capítulo e termina no sexto, onde se aborda a metodologia e o trabalho de campo, a atual situação em torno das ilhas e por fim apresentam-se os resultados obtidos, bem como a sua interpretação de acordo com o referido na parte teórica do trabalho. Relativamente as conclusões são confirmadas ou infirmadas as nossas hipóteses que ajudam a responder as nossas questões derivadas.

## Capítulo 2

### Revisão de Literatura

De forma a realizarmos uma abordagem mais aprofundada e compreendermos toda a situação em torno das ilhas, torna-se fundamental um quadro de referência para posterior análise, conciliando a visão de autores relativamente aos conceitos. Neste sentido, sintetizaremos a teoria necessária a uma correta compreensão da investigação.

A *“conflitualidade contemporânea coloca novas exigências aos mecanismos de resposta do Estado, em que a flexibilidade, o planeamento estratégico de contingência e a análise prospectiva permitem reduzir a surpresa e facilitar o ajustamento da máquina do Estado, ganhando a capacidade para gerir situações de grande exigência, designadamente de crise, tornando-os adequados às diversas acções estratégicas e permitindo, em tempo, ajustar as estruturas disponíveis à situação”* (Exército Português, 2005, p. 1\_2). Tendo em atenção que o *“instrumento militar pode permitir a resolução rápida de uma campanha, mas é a arte da diplomacia e da política que resolve os conflitos, que podem demorar muito para além das operações militares”* (Telo & Pires, 2013, p. 39).

#### 2.1. Geopolítica

A geopolítica tem como objeto de estudo as relações entre a política e o espaço geográfico. Deste modo, tentamos perceber como é que um determinado espaço geográfico influencia a política, e como esta o aproveita para definir objetivos e métodos estratégicos. Além do espaço físico, interessa ter em conta outros fatores como a ideologia e história da sociedade presente, o sentimento de segurança, os seus limites e as relações com terceiros (Dias, 2010a).

O conceito de Geopolítica, neste trabalho, é entendida como *“estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem ou que dele sobre efeito intencional que, ao objectivarem-se na construção de modelos de dinâmica de Poder, projecta o conhecimento*

*geográfico no desenvolvimento e na actividade da Ciência Política, com influência na acção externa dos diferentes intervenientes na Sociedade internacional”* (Dias, 2012, p. 205).

O conceito proposto tem em consideração a geografia para a «construção de modelos de dinâmica de poder» de forma a apoiar a tomada de decisão da Política<sup>3</sup> (Sequeira, 2013).

## 2.2. Conflito Internacional

O conflito resulta da incompatibilidade que influencia a alteração de objetivos, iniciando-se normalmente com promessas e vinculações, podendo chegar a ameaças<sup>4</sup>. Quando a incompatibilidade persiste são esperadas influências e confrontações primariamente ao nível político, passando por medidas económicas, diplomáticas e atingindo por último as medidas de aplicação de força física recorrendo a recursos militares. Todo este processo, visa provocar um desgaste de parte a parte, onde a perceção da ameaça, que determina o grau de empenhamento das ações de uma parte para alterar o comportamento da outra, com o intuito de atingir a submissão, convergência ou a violência, constituindo-se na dinâmica do conflito internacional (Moreira & Cardoso, 1995).

O conflito internacional “*resulta da perceção mútua de duas ou mais nações sobre a incompatibilidade de objetivos que ambas estão prosseguindo. A atitude, o comportamento e os actos ou realizações duma Nação, ou dum grupo de Nações, podem ser percecionadas por outras Nações ou grupos de Nações como interferentes com a sustentação das suas próprias atitudes, comportamentos e realizações*” (Moreira & Cardoso, 1995, p. 87).

A definição de Conflito segundo Julien Freund “*consiste num afrontamento intencional entre dois ou mais seres ou grupos da mesma espécie que se manifestam, um em relação ao outro, uma intensão hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico.*” (Freund *apud* Couto, 1988, p. 100).

<sup>3</sup> “Entendida em sentido restrito ou técnico, considerando o Estado como objeto material e que tem correspondência na Ciência Política, quando percebida como objeto formal” (Sequeira, 2013, p. 93).

<sup>4</sup> Ameaça é definida como “qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. As ameaças podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.)” (Couto, 1988, p. 329).

O conflito é uma interação entre os seres humanos, no entanto é importante realçar desde logo a diferença para a competição, nesta os participantes nem sempre se conhecem e encaram-se como «adversários», competem de forma a atingirem o seu objetivo, mas sem causar dano no «outro», pelo menos de forma intencional, não há hostilidade nem violência. Normalmente, estão definidas ou subentendidas regras e cada uma das partes não procura impedir a outra de atingir o seu objetivo (Borges, 2008). Já, o conflito não é uma simples interação entre seres, decorre de uma oposição de interesses que associada à intencionalidade resulta numa vontade hostil e violenta, com intenção de provocar danos à outra parte para materializar os seus objetivos. É de igual modo importante referir que o conflito é um fenómeno de natureza social, que se pode revelar em relações intrapessoais, em grupos ou através de um líder/chefe, acarretando as decisões consequências para o coletivo (Couto, 1988).

Salienta-se que a palavra «conflito» engloba as mais pequenas disputas, como os litígios, os diferendos, as dissensões, as dissidências e as divergências e vai até à utilização máxima da violência, ou seja a Guerra Total<sup>5</sup>; nesta perspetiva quando utilizamos esta expressão referimo-nos essencialmente à utilização de formas de coação (Política, Económica e Psicológica) excluindo a Militar, pois quando admitimos a sua utilização («possibilidade potencial» na leitura de Couto (1988)) entramos noutra patamar que é a Guerra (como veremos adiante), que se integra no conflito, mas tem tratamento próprio.

### 2.3. Crise Internacional

De acordo com o General Loureiro dos Santos (1983, p. 101), estamos perante uma crise internacional “*Quando se verifica uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais actores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força (no sentido de haver perigo de guerra)*”.

A crise internacional para o Tenente-General (TGen) Abel Cabral Couto “*corresponde a uma situação de guerra fria de tal forma agudizada que pode degenerar numa guerra quente*” (1988, p. 154).

---

<sup>5</sup> De acordo com o General Ludendorff, a Guerra Total “*é assim um choque total dos contendores em luta, plenamente engalfinhados, com todos os seus recursos e forças, até à morte de um deles*” (apud Duarte, 2005, p. 37).



O surgimento de uma incompatibilidade ou uma alteração nas relações entre «atores da cena internacional», o choque de interesses e a alta probabilidade do emprego da força são fatores que caracterizam o fenómeno crise. A incompatibilidade ou alteração é provocada de forma intencional, desenrolando-se num ambiente imprevisível marcado pela tensão, urgência e medo. Desta forma, quando uma das partes intencionalmente provoca uma situação de instabilidade intolerável à outra, atribui-se-lhe a designação de catalisador geral<sup>6</sup>, pois altera a forma como o conflito passa a ser gerido, provoca «uma perturbação no fluir normal das relações» funcionando como pretexto para iniciar o desenvolvimento de uma crise, contudo, pode não ser suficiente para desencadear de imediato uma resposta da outra parte, levando por vezes ao surgimento de um ato individualizado, que pode ser de cariz accidental, mas provoca de imediato a hostilidade adversa, a este acontecimento atribui-se-lhe a designação de catalisador específico<sup>7</sup>.

Uma crise internacional é composta pelas fases seguintes (Santos, 1983):

- Desafio;
- Confrontação;
- Resolução.

Assim sendo, tudo começa com o agudizar do conflito (catalisador geral) de origem interna ou externa, provocado deliberadamente, oportunamente ou contagiado pela tensão envolvente. O agudizar do conflito pode ainda ser influenciado por um ato individualizado (catalisador específico), que representa o ponto sem retorno para a outra parte, levando-a à formulação do Desafio (1ª fase da crise).

Embora nem sempre tenham lugar ambos os acontecimentos acima referidos, existe crise quando há o Desafio, ou seja, quando a parte incitada atribui o carácter de essencialidade às ações da outra parte, materializa numa ameaça concreta, na tentativa de coagir o provocador inicial e provoca uma sequência de interações. Contudo, para que continue a existir crise é necessário uma oposição da parte a quem é dirigido o Desafio, designada por Resistência, desta forma, ambas as «partes» mantêm os seus interesses, estando dispostas a correr riscos elevados para os conseguirem, recorrem a ações de dissuasão com carácter; diplomático, psicológico, económico e de preparação militar. As

---

<sup>6</sup> Quanto a sua natureza este pode ser interno ou externo, enquanto no primeiro caso resulta de problemas de um regime, personalidade e projetos políticos, no segundo resulta da perceção intolerável de um ator face ao desenvolvimento de uma situação criada por outro ou outros atores (Santos, 1983).

<sup>7</sup> Caracterizado como um ato individual correspondente a última ação provocadora que dá pretexto para o Desafio (Borges, 2008).

ações de dissuasão representam a radicalização da crise, provocando a Confrontação (2ª fase da crise), conhecida como o «coração da crise» de duração variável e imprevisível, onde cada uma das «partes» utiliza todas as suas fontes de poder<sup>8</sup> com o intuito de persuadir a «outra parte» a recuar; estamos ao mais alto nível de decisão ou seja ao nível da Estratégia Total<sup>9</sup>. Durante este período podemos assistir a momentos de baixa tensão ou de picos acentuados, daqui sairá a Resolução (3ª fase da crise) que passará por uma das seguintes hipóteses: guerra quente, capitulação ou compromisso de uma das partes (Figura 1) (Santos, 1983).

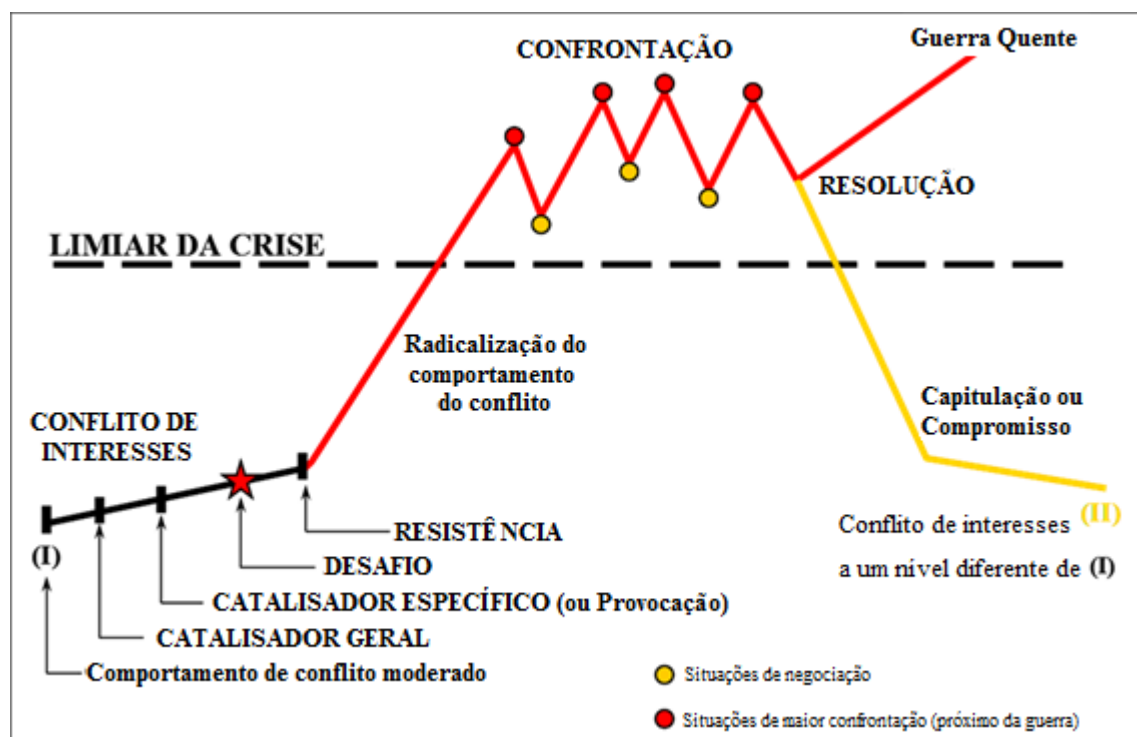


Figura 1 - Gráfico da crise

Fonte: Adaptado de (Santos, Incursões no Domínio da Estratégia, 1983, p. 104)

<sup>8</sup> Segundo Walter Jones, o poder “é a capacidade de um agente das relações internacionais para usar recursos e valores, materiais e imateriais, de maneira a influenciar a produção de eventos internacionais em seu proveito” (apud Barreto, 2010)

<sup>9</sup> A estratégia total “é aquela que se pratica no vértice do pensamento e da acção estratégica, ao nível da política e, na maioria dos casos, pelos mesmos agentes, chegando por isso a confundir-se com esta” (Barreto, 2010, p. 122).

## 2.4. Guerra

Moreira & Cardoso (1995, p. 87) no livro «Estratégia» referem que “*As Nações podem racionalmente decidir-se pela guerra quando a diferença entre as utilidades resultantes das suas próprias políticas e as utilidades eventualmente resultantes com a adopção das políticas dos outros fôr francamente positiva, no imediato e a prazo, e quando as probabilidades de sucesso no confronto com o outro forem nitidamente superiores às probabilidades de insucesso*”.

O conceito clássico de guerra identifica-se com a luta militar e resulta de uma violência armada entre dois ou mais Estados, com vista a atingir um fim político, caracterizando-se como: facto violento, facto coletivo e facto político (Borges, 2008). O objetivo da guerra é levar a outra parte a aceitar a nossa vontade, recorrendo a um ato de violência que resulte numa imposição de pretensões através do recurso da força<sup>10</sup>. Representa assim uma forma de coação como outras que atualmente revelam em termos de qualidade e quantidade uma significativa inovação relativamente a outrora. Assim sendo, em alguns conflitos as possibilidades de coação, que não a militar, ajudam a providenciar novas ações políticas para atingir as fontes de poder do adversário e causar instabilidade interna, levando-o a aceitar a nossa vontade (Couto, 1988), estamos no campo da Estratégia.

Estamos em Guerra (fria) quando se admite a utilização das Forças Armadas (coação Militar); importa referir, que se trata de um fenómeno social subordinado à política, destacando-se o carácter organizado e intencional demonstrado na aplicabilidade dos meios no decorrer das ações com vista a atingir os fins idealizados. O conceito de Guerra adotado foi o do TGen Abel Cabral Couto, por nos parecer o mais adequado<sup>11</sup>, assim é entendido como a “*violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares*” (1988, p. 148).

De forma a identificar o fenómeno guerra, devemos desde logo identificar se estamos perante um cenário interno ou internacional, para tal, recorremos ao Espetro da Guerra (Figura 2), onde em termos do fenómeno guerra existe uma clara distinção do ponto de vista

<sup>10</sup> Força é todo o conjunto de recursos materiais e morais (capacidades e meios) de que um ator se possa servir (utilizar) ou tirar dividendos, para alcançar determinado objetivo (Couto, 1988).

<sup>11</sup> Nota-se que o Coronel Carlos Mendes Dias (2010), na sua Tese de Doutoramento, argumentou que o conceito de Cabral Couto se mantinha atual.

dos atores envolvidos, de tal forma, que no primeiro cenário as ações verificam-se no plano interno dos Estados através da revolução, golpe de Estado, revolta militar e guerra subversiva. Já no segundo cenário as ações verificam-se entre Estados ou coligações de Estados através de guerras frias, caracterizadas pela ausência de ação militar efetiva, mas «em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial», ou através de guerras quentes podendo estas ser divididas em clássicas ou nucleares com o emprego de armas nucleares de forma limitada ou ilimitada. Com esta demarcação dos dois estádios de guerra no cenário internacional, surge a delimitação da crise internacional revelando-se o fenómeno no limiar da guerra fria com possibilidades de degenerar numa guerra quente.

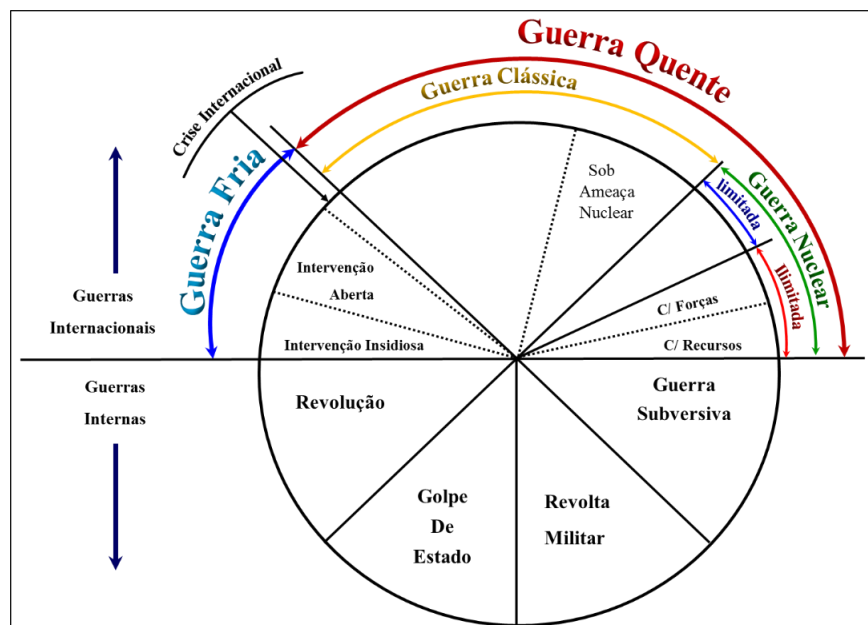


Figura 2 - Espetro da Guerra

Fonte: Adaptado de (Couto, 1988, p. 152)

## 2.5. Síntese Conclusiva

A Geopolítica como disciplina científica que apoia a atividade da Ciência Política constrói «modelos de dinâmica de poder» apoiados na geografia, que nos proporcionam o conhecimento dos espaços do planeta considerando a influência de possíveis atores,

alertando-nos para situações desagradáveis com a finalidade de nos precavermos do pior a fim de atingir o mais próximo das nossas intenções.

Muitas das relações entre os atores do Sistema Político Internacional (SPI) provocam tensões e conflitos, alguns dos quais podem originar crises ou guerra (figura 3); pormenorizando, a incompatibilidade entre «dois ou mais atores», pode-se inserir num eixo que indica a crescente hostilidade, variando entre a Paz Absoluta e a Guerra Absoluta. Caso a oposição de vontades se manifeste, a hostilidade entre as partes vai aumentando até entrarmos em guerra fria (onde se insere a crise) ou conflito brando (expressão utilizada maioritariamente por sociólogos e juristas); se passarmos a utilizar efetivamente as Forças Armadas, estamos numa situação de guerra quente ou conflito armado (expressão utilizada por sociólogos e juristas).

Como verificámos, a crise situa-se entre a Paz Absoluta e a Guerra Absoluta, materializa-se na incompatibilidade entre dois atores, que criam instabilidade no SPI. No entanto, o fenómeno de crise internacional surge entre os dois estádios da guerra, pois estamos no agudizar do conflito e é nesse momento que surge a alta probabilidade do emprego da força militar, começando a manifestar-se mais intensamente durante a fase da confrontação e concretiza-se quando uma crise é mal gerida, resultando na pior solução: a guerra quente. Pois, no caso de a crise ser bem gerida a solução passa por uma capitulação ou compromisso de ambas as partes e consequentemente no diminuir da hostilidade das partes.



Figura 3 - Crise inserida no Espectro

Fonte: Adaptado de (Couto, 1988, p. 152)

## 2.6. Aplicabilidade do modelo de crise internacional ao conflito nas Falkland

Os portugueses manifestaram interesse no Atlântico Sul nos séculos XV e XVI, existindo relatos que no decorrer da expedição de 1501, com o intuito de percorrer a costa do Brasil, navegaram até as ilhas Falkland. Seguindo o exemplo de Portugal, países como a Espanha, Inglaterra, França e Holanda, durante os séculos XVII e XVIII, também tentaram a sua sorte na navegação cruzando-se todos eles com as ilhas Falkland. No ano de 1764, as ilhas Falkland foram ocupadas por franceses a oriente e em 1765 foram ocupadas por ingleses a ocidente, no entanto, em 1766 foram reclamadas por Espanha que manteve o controlo das ilhas até à independência da Argentina. No ano de 1826, a já independente Argentina colocou na ilha oriental um grupo de nacionais; contudo, esta ocupação não foi muito duradoura, devido à apreensão de três baleeiros Norte-Americanos, o que originou, em 1831, um ataque ao porto por uma fragata dos Estados Unidos da América (EUA), com a intenção de que o arquipélago ficasse livre de qualquer governo. Aproveitando esse facto em 1832 um navio inglês atacou os argentinos, informando que o RU iria retomar a posse das ilhas, originando o regresso dos nacionais argentinos ao continente. Assim desde o ano de 1833, o RU mantém a soberania<sup>12</sup> sobre o arquipélago, considerando a Argentina que se trata de uma ocupação ilegal e por isso nunca reconheceu o domínio britânico (Castro, 1999).

O conflito entre a Argentina e o RU tem origem no ano de 1833, ano a partir do qual, o RU ocupa as ilhas Falkland e mesmo contra a vontade da Argentina se declara seu soberano. Com a criação da ONU e sua Carta, que no seu capítulo I faz referência ao princípio de autodeterminação dos povos, levou esta Organização Internacional a criar o Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas (CEDNU), com o intuito de fiscalizar os países administradores e acelerar o processo de descolonização (United Nations (UN), 1945). Para tal, teve início o sistema de administração fiduciária de territórios sem governo próprio, que consistia no envio de relatórios por parte dos Estados que dispunham de tais territórios para o CEDNU. Mesmo com o facto de, a Argentina reclamar a soberania das ilhas, desde o ano de 1833, afirmando que a ocupação britânica era ilegal, de entre os relatórios chegados à ONU, constava o do RU que incluía as Falkland na lista dos seus territórios, contribuindo para o aumento da tensão entre estes dois países (Castro, 1999).

Diante o impasse das negociações sobre a soberania das ilhas, em 1965, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Resolução, na qual convidava ambos os governos a atingirem

---

<sup>12</sup> O RU mantém a soberania das ilhas desde 1833 até a atualidade, salvo o período no ano de 1982 compreendido entre 02 de abril e 14 de junho (Anderson, 2002).

um entendimento. No ano de 1978, os governos dos dois países chegam a um acordo de cooperação nas Falkland e nas suas dependências; na sequência desse acordo, foi realizado um contrato realizado entre um empresário argentino e uma empresa britânica sediada em Edimburgo, em 1979, para dismantelar uma fábrica baleeira (Castro, 1999).

A partir do ano de 1976, a Argentina passou a ser governada por uma ditadura militar, que era liderada pela Junta Militar composta por três militares um de cada ramo das forças armadas, em que um deles era nomeado com o título de presidente e com funções executivas e legislativas. Em dezembro de 1981, Leopoldo Fortunato Galtieri tornou-se presidente da Junta Militar, encontrando-se com ele no poder o comandante supremo da marinha, que só aceitara apoiar o governo com a condição de usar a marinha num esquema que permitisse retirar os britânicos das Falkland e suas dependências (Anderson, 2002).

O governo argentino invocou a recuperação (invasão) das ilhas, para desviar a atenção do povo, da grave situação económica, política e social que colocava o regime em causa (catalisador com origem interna) (Carvalho, 1991b), e com o intuito de colocar o RU e a Comunidade Internacional (CI) perante um facto consumado e, assim, atribuir-lhe a soberania das ilhas (QuidNovi, 2003). O governo argentino planeou uma ofensiva militar de ocupação das ilhas para o final do ano de 1982, caso as negociações se mostrassem ineficazes, tendo em consideração o facto de o RU estar a milhares de quilómetros (Km) de distância<sup>13</sup> (Anexo A) e ter anunciado, na sua Revisão Estratégica de Segurança e Defesa (RESD), que o navio *Her Majesty's Ship* (HMS) Endurance<sup>14</sup> seria retirado do Atlântico Sul e não seria substituído (Middlebrook, 1985).

No entanto, ocorreu a necessidade de antecipar a ofensiva após o incidente do hastear da bandeira da Argentina, realizado na ilha Geórgia do Sul por trabalhadores da empresa de origem argentina (a que realizara o contrato em 1979 com uma empresa britânica). O contrato abrangia o dismantelar de uma antiga fábrica baleeira no porto de Leith na ilha da Geórgia do Sul; à frente da empresa estava Constantino Davidoff, que contactou a embaixada britânica em Buenos Aires, para alugar o setor de carga do navio HMS Endurance a fim de efetuar as operações de transporte da Argentina para a ilha Geórgia do Sul e o contrário, pedido esse que foi recusado; apesar do revés houve solução, uma vez que a marinha argentina ofereceu-se para realizar as operações de transporte. (QuidNovi, 2003).

---

<sup>13</sup> O governo argentino “contava com o fator distância como dissuasor de uma possível intervenção, mas, além da mobilidade estratégica que o Reino Unido possuía, também tinha a superioridade tecnológica, em especial através do submarino nuclear que paralisou toda a Marinha Argentina” (Telo & Pires, 2013, p. 38)

<sup>14</sup> Navio quebra-gelo da marinha de guerra britânica, destacado para as ilhas Falkland entre 1967 e 1991 (The Historic Dockyard Chatham, 2007).

Em dezembro de 1981, o empresário Davidoff enviou uma carta à embaixada britânica em Buenos Aires, que só foi recebida após a sua saída da Argentina, em um navio da marinha argentina com destino à Geórgia do Sul. Uma vez que não foram realizadas as coordenações necessárias com a embaixada britânica, gerou-se alguma tensão entre o RU e a Argentina pelo facto de navegar um navio de guerra argentino em águas britânicas sem permissão para tal. Contudo, o Governador das Falkland para minimizar a situação e de forma a evitar criar instabilidade entre os dois governos, informou as autoridades da Geórgia do Sul situadas em Grytviken, que após uma proposta formal do navio argentino, poderia deixar o empresário desembarcar e realizar o trabalho. Decorrente da situação, ocorreram algumas conversações diplomáticas entre ambos os países na qual resulta um aviso para que situações semelhantes não se repitam (Arnaiz, 1984).

Em 23 de fevereiro de 1982, o empresário Davidoff deslocou-se à embaixada britânica em Buenos Aires para se desculpar pelo sucedido e verificar se a sua documentação estava correta para os próximos deslocamentos à ilha. Ofereceu ainda transporte de suprimentos e cuidados médicos para os homens que estavam na estação de pesquisa britânica em Grytviken, mas como necessitava da resposta do governador das Falkland, pois a Geórgia do Sul é sua dependência, o empresário e os seus homens partiram com destino à ilha sem resposta à oferta. No dia 19 de março, ao desembarcarem no porto de Leith ouviram-se disparos e a bandeira argentina foi hasteada (Dobson, Miller, & Payne, 1982).

No dia seguinte, as autoridades informaram o governador das Falkland do sucedido, referindo que Davidoff tinha quebrado dois regulamentos, atracou em Leith sem autorização de Grytviken, que servia também para verificar imigrantes ilegais, e carregavam armas com as quais fizeram disparos. O governador das Falkland em resposta, referiu que fossem fornecidas instruções aos argentinos para cumprirem os regulamentos, contudo, apesar de retirarem a bandeira recusaram-se a comparecer em Grytviken. Assim sendo, o governador das Falkland sugeriu a Londres que o contrato com o empresário fosse cancelado, derivado à sua primeira infração e ao sucedido nesta última, pelo que, o governo britânico tendo em consideração toda a situação causada, informou o governo argentino através do embaixador em Buenos Aires, que caso o navio argentino não retirasse com todos os homens, o governo britânico iria executar as ações necessárias para garantir a sua retirada. E em simultâneo era ordenado ao HMS Endurance que se deslocasse para a Geórgia do Sul uma vez que se encontrava nas ilhas Falkland (Middlebrook, 1985).

Embora o navio argentino retirasse de Leith, deixou em terra os homens de Davidoff pois o contrato entre as empresas mantinha-se, e face à ameaça do RU, o governo argentino,



decidiu prestar apoio aos trabalhadores, destacando para as proximidades navios da marinha argentina. Tendo em consideração toda esta tensão iniciaram-se algumas conversações diplomáticas entre os governos, o RU solicitou uma reunião do CSNU para denunciar a situação em torno das ilhas e a Argentina denunciava, ao mesmo tempo, a situação que o RU causara na Geórgia do Sul (QuidNovi, 2003).

Na madrugada do dia 2 de abril, e sem o apoio do HMS Endurance as forças argentinas invadem as ilhas Falkland e assumem o comando das ilhas, assumindo que o RU a milhares de Km de distância nunca iria recorrer à força militar para as recuperar (Anderson, 2002). O RU com vista a recuperar a soberania das ilhas envia as suas forças militares, calculando o tempo de viagem suficiente para possibilitar à diplomacia o período necessário para a resolução da situação (Carvalho, 1991b).

Entretanto as ações diplomáticas prosseguiram entre os dois governos, em que os EUA serviam de mediadores, uma vez que este era parceiro de ambos os países em OI diferentes, prosseguiam ainda, ao nível da ONU e da Organização de Estados Americanos. Apesar de todas as tentativas diplomáticas e das resoluções aprovadas pelo CSNU para que fosse evitado o recurso a violência armada os governos não chegaram a um entendimento e o ataque britânico iniciou-se a 25 de abril de 1982 (QuidNovi, 2003).

Procurando associar o Modelo da Crise Internacional à situação descrita, diríamos que o catalisador geral parece gerado pela ação da marinha de guerra argentina, que provoca a tensão entre os dois países, embora o nome associado aos acontecimentos seja o do empresário argentino, o governo aproveitou a oportunidade para criar uma situação que promovesse as negociações sobre a soberania das ilhas (Anderson, 2002). Na sequência dos acontecimentos surge o catalisador específico aquando do desembarque no dia 19 de março de 1982, que provoca de imediato uma resposta do governo britânico, para que o navio de guerra da marinha argentina e os homens de Davidoff abandonem a ilha sob pena da intervenção das forças britânicas, materializando desta forma o Desafio, ao qual é respondido pela argentina em forma de resistência com o envio de navios de guerra para as redondezas das ilhas, a fim de intercetar o navio HMS Endurance caso este desalojasse os argentinos para os devolver ao continente (Middlebrook, 1985). Com o materializar do Desafio, podemos dizer que estamos perante uma crise internacional, onde apesar de todas as negociações e decisões dos governos durante a fase de confrontação, foi atingido um ponto sem retorno que conduziu os dois governos a enveredarem numa guerra quente fase da resolução, ditando assim a pior solução para a crise.

## Capítulo 3

### Metodologia e Procedimentos

#### 3.1. Tipo de Estudo

No presente capítulo descrevemos em detalhe a metodologia e procedimentos para a realização da nossa investigação. Toda a investigação científica tem por base um plano ou desenho apropriado para responder à problemática em questão, que segundo Fortin, é *“criado pelo investigador com vista a obter respostas validas às questões de investigação colocadas ou as hipóteses formuladas”* (2009, p. 132). A cada plano corresponde um tipo de estudo, que *“descreve a estrutura utilizada segundo a questão de investigação vise descrever variáveis ou grupos de sujeitos, explorar ou examinar relações entre variáveis ou ainda verificar hipóteses de causalidade”* (2009, p. 133). Para a presente investigação abordamos o tipo de estudo descritivo, que consiste em *“discriminar os factores determinantes ou conceitos que, eventualmente, possam estar associados ao fenómeno em estudo. São procuradas as relações entre os conceitos a fim de obter um perfil geral do fenómeno”* (Fortin, 2009, p. 162). Segundo Coutinho (2011, p. 261), o objetivo deste estudo compreende a recolha de *“dados que permitam descrever da melhor maneira possível comportamentos, atitudes, valores e situações”*.

Para Fortin existem três tipos de estudos descritivos: os estudos descritivos simples, os estudos de caso e os inquéritos. A nossa investigação insere-se no estudo descritivo simples que *“consiste em descrever simplesmente um fenómeno ou um conceito relativo a uma população, de maneira a estabelecer as características desta população ou de uma amostra desta. (...) O estudo necessita da descrição do fenómeno em estudo, da especificação dos conceitos decorrentes do fenómeno e da elaboração de um quadro conceptual que (...), serve de ligação entre os conceitos e a sua descrição”* (2009, pp. 163, 164).

Nesta investigação pretendemos primeiramente descrever os conceitos no âmbito da Teoria Geral da Guerra, da Teoria Geral da Estratégia e de Geopolítica, e posteriormente efetuar a análise do conflito de 1982, ocorrido entre o RU e a Argentina a propósito do

Arquipélago das Falkland. De seguida, analisarmos individualmente as ideias de alguns autores, os dados das OI relevantes e por último os dados das entrevistas, correlacionando as informações em função do objeto de estudo, de forma a caracterizar o atual diferendo existente entre a Argentina e o RU.

### 3.2. Amostra

No desenvolvimento de um estudo, inicialmente surge a necessidade de recolher dados, que podem ser obtidos através de uma população ou amostra. Assim, podemos definir população como o “*conjunto de pessoas ou elementos a quem se pretende generalizar os resultados e que partilham uma característica comum*” (Coutinho, 2011, p. 85) e amostra como sendo o “*conjunto de sujeitos (pessoas, documentos, etc.) de quem se recolherá os dados e deve ter as mesmas características das da população de onde foi extraída*” (Coutinho, 2011, p. 85). Assim, uma amostragem consiste no “*procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com o fenómeno*” (Fortin, 2009, p. 202).

Para a presente investigação escolhemos, como critério de seleção da amostra, o método de amostragem não probabilística<sup>15</sup>, por seleção racional<sup>16</sup>. Para esse efeito, decidimos incluir na nossa investigação todas as pessoas que constituem a população, ou seja, a amostra desta investigação é corresponde à população da mesma.

Atendendo à delimitação do tema da investigação, procuramos recolher dados dos adidos de defesa militar do RU e da Argentina, bem como, de representantes políticos de ambos os países, recorrendo às suas embaixadas. Posto isto, foram recolhidos dados do embaixador argentino, que se mostrou prontamente disponível para o fazer, e recolhidos dados do adido de defesa militar britânico. Quanto ao representante político do RU não foi possível contactar, uma vez que a embaixada do RU não possibilitou uma reunião com o mesmo. Já quanto ao adido de defesa militar argentino a recolha de dados não foi possível, uma vez que a Argentina não dispõe do mesmo em Portugal.

---

<sup>15</sup> Na amostragem não probabilística não é possível “*especificar a probabilidade de um sujeito pertencer a uma dada população*” (Coutinho, 2011, p. 92), ou seja, nem todos os elementos têm a mesma probabilidade de integrarem a amostra.

<sup>16</sup> A amostragem por seleção racional é “*uma técnica que tem por base o julgamento do investigador para constituir uma amostra de sujeitos em função do seu carácter típico*” (Fortin, 1999, p. 209), contribuindo para uma melhor percepção do fenómeno.

### 3.3. Procedimento

A presente investigação foi elaborada segundo diversos procedimentos, os quais se designam como “*uma forma de progredir em direção a um objectivo. Expôr o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a por em prática em qualquer trabalho de investigação*” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 25), assim sendo, dividimos o nosso processo de investigação por etapas (figura 4).

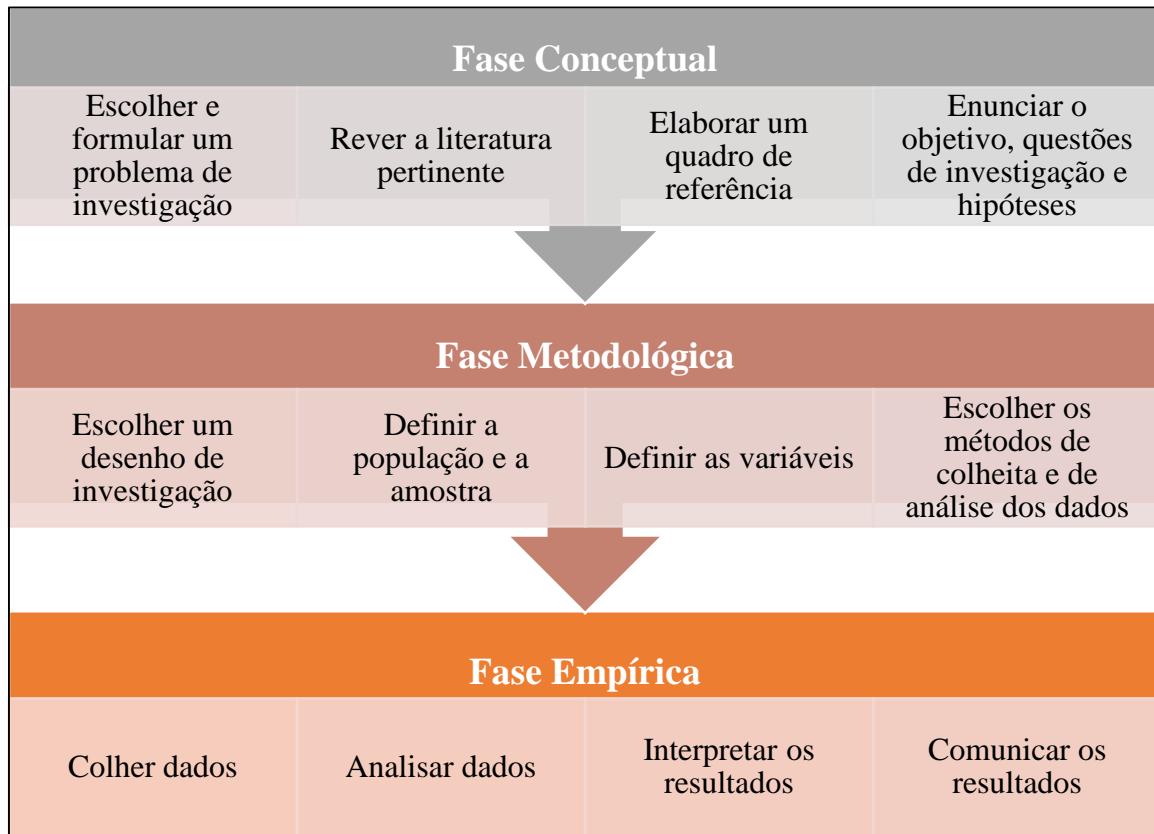
Começamos o processo de investigação (fase conceptual) através de uma revisão da literatura inicial, com o intuito de delimitar o tema em estudo e traçar o objetivo geral da investigação e os objetivos específicos da mesma, bem como, elaborar a problemática da nossa investigação. Iniciamos a pesquisa bibliográfica com dados secundários, dados estes recolhidos com recurso a consultas *online* a bases de dados em plataformas digitais, ao catálogo informatizado<sup>17</sup> de livros e teses, de seguida, executamos a consulta física em livros de bibliotecas nas áreas de Lisboa e Oeiras, nomeadamente da Academia Militar, Instituto de Estudos Superiores Militares e Instituto de Defesa Nacional e biblioteca municipal de Oeiras.

Toda esta pesquisa permitiu constituir a revisão da literatura, importante para nos dotar com conhecimentos de forma a continuar a nossa investigação, com vista a determinarmos a nossa população, bem como determinarmos o método de recolha de dados (fase metodológica). Para tal, elaboramos um guião de perguntas que depois de apresentado e aprovado pelo orientador, reunia as condições para iniciarmos o nosso trabalho de campo.

Por último, recorrendo a entrevistas procedemos à recolha e tratamento de dados, tratamento esse que nos permitiu produzir resultados de forma a interpretá-los e comunicá-los (fase empírica). Foi a sustentação teórica materializada na revisão de literatura, juntamente com a análise de conteúdo das entrevistas e a análise de dados relacionados, que permitiram confirmar ou infirmar as hipóteses e responder às questões de investigação e conjuntamente à questão central.

---

<sup>17</sup> Catálogo informatizado disponibiliza flexibilidade no acesso de dados e informações e reagrupa toda a documentação (Fortin, 2009).



**Figura 4 - Etapas do processo de investigação**

Fonte: adaptado de (Fortin, 2009, p. 38)

### 3.4. Instrumentos

Durante a realização de toda a investigação executamos diversas formas de recolha de dados, visto que a natureza e problemática da investigação demarca o “*tipo de métodos de colheita de dados a utilizar*” (Fortin, 2009, p. 239). A investigação seja “*de cariz quantitativo, qualitativo ou multi-metodológico implica uma recolha de dados originais por parte do investigador*” (Coutinho, 2011, p. 99).

Assim, uma vez definido o procedimento de amostragem, iniciamos a nossa recolha de dados junto da embaixada argentina, através da realização de uma entrevista estruturada<sup>18</sup>

<sup>18</sup> A Entrevista estruturada é aquela cujo guião de perguntas é estruturado e ordenado, “*consiste na abordagem de temas às questões previamente determinadas e que são consideradas importantes para os objectivos do trabalho. Visa determinados objectivos de trabalho e procura o apuramento de determinados factos*” (Sousa & Baptista, 2011, p. 81).

presencial do tipo intensivo<sup>19</sup> apenas ao embaixador argentino, uma vez que a Argentina não tem adido militar na embaixada de Portugal. Para tal e a pedido da embaixada foi enviado previamente o guião da entrevista via correio eletrónico, e no início da entrevista, com vista a uma melhor recolha de dados, solicitámos autorização ao entrevistado para que a entrevista fosse gravada, usando para o efeito um gravador de voz digital (Philips). No caso dos dados recolhidos junto da embaixada britânica, estes foram obtidos recorrendo a um membro da embaixada, pois foi a única forma de disponibilidade que a embaixada apresentou para a recolha de dados. Desta forma, foi enviado o guião via correio eletrónico como solicitado, sendo a entrevista realizada ao adido de defesa militar e devolvida via correio eletrónico bem como a biografia do mesmo. Quanto ao representante político afirmaram que devido à atividade da embaixada era impossível realizar a entrevista.

Recolhemos ainda dados de documentos em sítios oficiais da *internet* das OI relevantes para o caso em estudo. Para a redação do nosso relatório científico, tratamento e análise dos dados recolhidos recorreu-se à ferramenta *Microsoft® Word®*.

---

<sup>19</sup> Dependendo das informações que pretendemos obter o tipo intensivo permite centrar a entrevista, “*num individuo ou num grupo pequeno que, sem limite de tempo e com ampla liberdade, exponha os seus pontos de vista*” (Sousa & Baptista, 2011, p. 81).

## Capítulo 4

### Os Atores e as Falkland

A apresentação, análise e discussão dos resultados subjacentes a este capítulo, são referentes à questão de investigação 5, portanto «Qual é a importância da posição Geográfica das Ilhas Falkland?». Como podemos observar é uma questão de causa, ou seja, pretendemos explicar a importância das ilhas no contexto geográfico.

#### 4.1. Atores do diferendo

Como referido anteriormente os atores do diferendo são o RU e a Argentina. O RU é oficialmente designado de «United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland»<sup>20</sup>, cujo território tem como particularidade, ser formado por uma ilha de grande dimensão, a Grã-Bretanha situada a noroeste do continente europeu, e onde estão inseridos o País de Gales, a Escócia e a Inglaterra. É ainda formado pelos territórios da Irlanda do Norte, Gibraltar e por um elevado número de pequenas ilhas totalizando uma superfície terrestre de 244 mil km<sup>2</sup>. Dispõe apenas de duas fronteiras terrestres, uma com a Irlanda e outra com a Espanha (Batista, 2000). Quanto às ilhas que se encontram sobre soberania do RU destacam-se, no Atlântico Norte: Anguilla, Bermudas, Montserrat, Ilhas Caimão, São Vicente, Turks e Caicos e ilhas Virgens; no Atlântico Sul: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough, Falkland, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul, Shetland e Orcadas do Sul; no Pacífico: Salomão e Pitcairn (Central Intelligence Agency (CIA), 2014a).

Possui um clima temperado, apresenta uma agricultura mecanizada mas pouco significativa ao nível das exportações; derivado à exploração de petróleo no mar do Norte é exportador deste recurso energético e de gás natural, contudo estas reservas petrolíferas estão a diminuir de forma acelerada. (Batista, 2000).

O RU é um Estado unitário com uma monarquia constitucional parlamentar em que a sua Chefe de Estado é a Rainha Isabel II e o primeiro-ministro é James Cameron. A

---

<sup>20</sup> Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

população em 2013 era de 63.395.574 habitantes (quadro 1) (United Nations Population Fund (UNPFA), 2013).

O RU em conjunto com a França, continua a ser a força preeminente da Europa, decorrente da participação do RU em diversos teatros de operações<sup>21</sup>, aliado à falta de recursos e às RESD, reduziram a capacidade do país projetar e sustentar o poder de combate<sup>22</sup>. A RESD realizada em 2010, teve em vista, fornecer um caminho equilibrado e acessível para estruturar as Forças Armadas até ao ano de 2020, em consequência desta, o Exército britânico tem em curso uma redução de efetivos, na ordem de 20 mil Homens até ao ano de 2017, ficando mais dependente de forças na reserva. Esta medida permite criar uma estrutura com dois níveis, proporcionando uma força de reação, constituída por ativos e uma força adaptável criada com recurso às reservas. Por outro lado, a Marinha e a Força Aérea continuam a receber novos equipamentos. As Forças Armadas britânicas dispõem de um ativo 169.150 Homens e uma reserva de 79.100 Homens (quadro 1) (International Institute for Strategic Studies (IISS), 2014).

A Argentina é oficialmente designada por República da Argentina, localiza-se a sudeste do continente Americano onde a sua costa é banhada pelo Atlântico Sul, constituída por uma cidade autónoma, Buenos Aires e por uma federação de 23 províncias, a sua superfície terrestre é de 2,780 milhões Km<sup>2</sup> (Presidencia de la Nación, 2011). Relativamente ao sistema político é uma Democracia Presidencial, o chefe de Estado e do Governo é Cristina Fernández de Kirchner (Casa Rosada, 2014). A configuração do país apresenta quatro regiões naturais com ótimas condições para a prática da agricultura, derivado à exploração de petróleo no Sul da Patagónia é exportador de petróleo (Batista, 2000).

A população da Argentina em 2013, era de 42.610.981 habitantes (quadro 1) (UNPFA, 2013). O governo, tem em curso um programa de reestruturação e reequipamento das Forças Armadas, mas devido a problemas financeiros a sua concretização está a ser posta em causa, deixando as Forças Armadas com material difícil de operar e manter, provocando pouca disponibilidade e baixos níveis de prontidão operacional. Contudo, apesar das suas

---

<sup>21</sup> O teatro de operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate, têm espaço suficiente para permitir operações durante períodos de tempo prolongados (Exército Português, 2005, p. 1\_7).

<sup>22</sup> O Poder de combate “*é o uso de todas as capacidades destrutivas, construtivas e de informação, que uma unidade / formação militar pode aplicar num determinado momento*”, combinando os elementos: movimento e manobra, informações, apoio logístico, poder de fogo, proteção, comando e controlo com a liderança e as notícias, no local certo à hora certa consegue-se aumentar o poder de combate (United States Army, 2008, p. 4\_1).



limitações tem contribuído com forças para as missões da ONU no Chipre, Haiti, Médio Oriente e Sahara Ocidental. A Argentina dispõe de um ativo de 73.100 Homens nas Forças Armadas (quadro 1) e ainda de uma força Paramilitar com um efetivo de 31.250 Homens (IISS, 2014).

**Quadro 1 - Comparação entre os Atores**

	<b>Reino Unido</b>	<b>Argentina</b>
Ano	2013	2013
PIB (US\$)	2,42 Biliões	499 Mil milhões
PIB <i>per capita</i> (US\$)	38,002	12,019
Défice Orçamental (US\$)	57 Mil milhões	5,1 Mil milhões
Forças Armadas (ativo / reserva)	169,150 / 79,100	73,100
População	63.395.574	42.610.981
Território (Km <sup>2</sup> )	244 Mil	2.780 Milhões

Fonte: Adaptado de (IISS, 2014)

## 4.2. O Atlântico Sul

A América do Sul tem evoluído dentro de uma região geopolítica independente, da qual faz parte a imensidão marítima que é o Atlântico Sul, compreendido entre a costa oriental da América do Sul e a costa ocidental de África. Os EUA não promoveram devidamente as relações com o Brasil e a Argentina, que neste momento são as duas principais potências. Com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a América do Sul passou a ser vista pelos EUA como periférico para a sua estratégia e interesses económicos, tornando-se uma zona marginal dentro da estrutura de poder mundial. No entanto, este facto mudou no virar do Séc. XXI, ao iniciar-se uma corrida pela riqueza dos seus recursos, por parte dos EUA, Europa, China e Japão (Cohen, 2009).

De acordo com Alexandre Reis Rodrigues, no Atlântico Sul, dos 24 países ribeirinhos somente o Brasil, a Argentina e a África do Sul, dispõem de meios navais e organizações credíveis para controlo das águas cujo Direito Internacional (DI) lhes atribuiu jurisdição (2013, p. 3). São ainda de especial atenção, o interesse pela delimitação de plataformas

continentais, o que resta dos territórios coloniais que existiam à data da criação da ONU e as diferentes posturas do Norte e Sul referentes às armas nucleares<sup>23</sup>.

Com o fim da guerra fria, o emprego do poder naval no Atlântico sofreu significativas alterações, pois, devido ao colapso da URSS a marinha desta quase desapareceu, relevando-se a marinha dos EUA como a única com capacidades globais. Associado a este facto, presenciamos um acelerar da globalização, com um aumento de trocas comerciais por via marítima, procurando obter recursos energéticos principalmente de potências emergentes ou de Estados falhados. Decorrente da retração do dispositivo da marinha da URSS, os Estados Europeus diminuíram também eles os seus dispositivos, que com o agravar das recentes restrições orçamentais provocam ainda mais retração, subestimando o papel das marinhas na manutenção da Segurança das comunicações marítimas que exigem agora um maior controlo (Rodrigues, 2013).

O Atlântico Sul, para além da importância económica resultante principalmente do aumento da exploração petrolífera, é uma importante via de comunicações, derivado as rotas marítimas que o atravessam (figura 5), onde se destacam as rotas, do oceano Índico ou Pacífico para o Atlântico (Norte e Sul) e vice-versa, utilizada principalmente a rota do Cabo para os maiores transportes ao nível do petróleo e matérias-primas (Sequeira, 2014).

Até 2015, os EUA pretendem aumentar de 16% para 25% a parcela de petróleo que importam do Atlântico Sul, sendo que de uma perspectiva da Segurança, são preferências os campos petrolíferos no litoral do Brasil e Argentina, e os campos petrolíferos do Golfo da Guiné, que apresenta a vantagem de se encontrar numa posição exterior do continente Africano, relativamente insulado da instabilidade que assola o continente.” (Guedes, 2011).

Toda esta corrida para o Atlântico Sul levou a que *“o interesse dos principais países mundiais tem aumentado e a sua presença têm-se feito sentir, seja através de acordos bilaterais (económicos, militares, políticos) com países da região (nos dois continentes), seja pela reorganização das estratégias de segurança da maior potência militar mundial, que reativou a 4ª Esquadra e criou o AFRICOM<sup>24</sup>”* (Sequeira, 2014, p. 126).

De acordo com Mendes Dias, no Atlântico Sul pode-se evidenciar a «dimensão de fonte estrutural de poder» mantendo as vertentes; berço de recursos, espaço militar, meio de circulação e meio de projecção de poder, bem como, materializar a possibilidade de interferir

<sup>23</sup> Existe um condicionamento de armas nucleares derivado aos tratados que declaram «zona livre de armas nucleares» são eles: o Tratado de Tlatelolco de 1967 e o Tratado de Pelindaba de 1966 (Rodrigues, 2013).

<sup>24</sup> AFRICOM: Comando dos Estados Unidos para África, é um dos seis quartéis-generais militares regionais do Departamento da Defesa e é atualmente um sub-comando unificado sob o Comando dos EUA na Europa (United States Africa Command, s.d.).

nas rotas marítimas e posições de controlo próximas do continente Antártico (2010b e 2014). No respeitante às rotas marítimas e posições de controlo destacam-se: a grande rota do cabo e “*todos os caminhos marítimos que a História revelou importantes, tal como a passagem de Drake, que se robustece, por eventual bloqueio da passagem artificial do Panamá, as costas irregulares típicas do Horn, «tocas» de plataformas navais, para não mitigar significado da principal vantagem que retira do facto de ser meio terrestre: base para apoios aéreo, marítimo e outros, não só do ponto de vista das operações, mas também na óptica logística*” (Dias, 2014, p. 45).

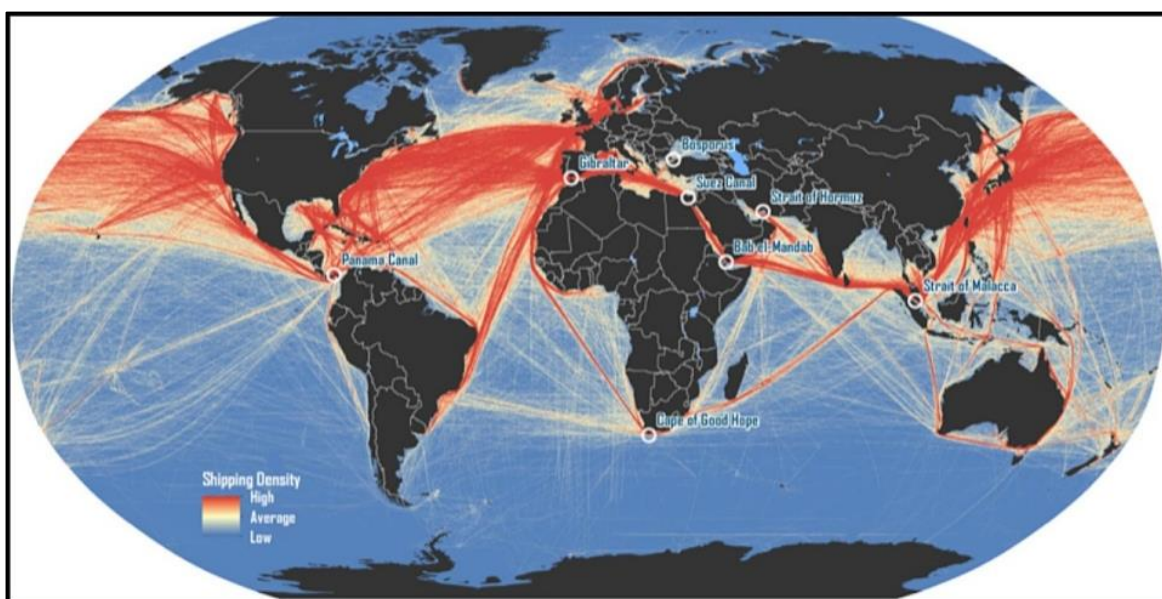


Figura 5 - As principais rotas marítimas mundiais

Fonte: (Rodrigue, 2013)

### 4.3. Posição geográfica das ilhas Falkland

As ilhas Falkland fazem parte da *Commonwealth of Nations*<sup>25</sup>, e embora estejam sobre soberania do RU, possui uma constituição própria e é administrado por um governante que

<sup>25</sup> Embora mantenham cooperações com o RU, não estão submissos à Coroa, são uma “*organização de países independentes que possuem laços históricos com a Coroa britânica e que tem como fim a cooperação internacional no âmbito político e econômico*” (Cicccone, 2013, p. 102).

responde diretamente à coroa britânica (Ciccone, 2013). É na vasta massa de água do Atlântico Sul que se localizam as ilhas Falkland (Figura 7), estas são compostas por duas<sup>26</sup> ilhas principais e cerca de duzentas pequenas ilhas perfazendo uma área total de 12.173 Km<sup>2</sup> (CIA, 2014b). São dependência das Falkland as ilhas: Geórgia do Sul, Sandwich do Sul, Shetland do Sul, Orcadas do Sul e a porção do continente Antártico, Granham's Land, que o RU incorporou sob administração do governador das ilhas e não sob administração direta do RU (Llorens & Pintore, 2013). A capital das Falkland é Port Stanley onde moram a maioria da população cerca de 2.115 habitantes, a sua população é descendente de colonos britânicos e de acordo com os censos de 2012 era de 2563 habitantes, a sua principal atividade económica é a criação de ovinos. O governo das ilhas em 2012, aprovou um plano que estabelece as ambições para os próximos cinco anos, com o objetivo de alcançar um crescimento económico e sustentável (Falkland Islands Government, 2012a).

A Antártida encontra-se sob normas jurídicas<sup>27</sup> que coordenam as relações entre Estados e continente branco, impedindo também que estes reclamem soberania sobre o mesmo. De acordo com o Tratado Antártico, só será possível reclamar soberania sobre a Antártida quando este deixar de estar vigente, face a esta situação, as Falkland podem desempenhar um papel importante na atribuição de setores de exploração de recursos existentes no continente, bem como, na reclamação de soberania sobre o mesmo, tendo em conta a teoria dos setores<sup>28</sup> e princípios de contiguidade e continuidade. Desta forma, e pelo facto de, as ilhas Geórgia do Sul, Sandwich do Sul, Shetland do Sul, Orcadas do Sul e a porção do continente Antártico, Granham's Land serem dependências das Falkland, a perda da soberania, significaria a perda da massa territorial projetável até à Antártida. E de igual forma, se o RU perder a soberania das ilhas, perde também uma base territorial fundamental para dar apoio<sup>29</sup> a uma eventual exploração de recursos que possa acontecer na Antártida e sua área circundante, bem como a capacidade de controlar as rotas marítimas (Llorens & Pintore, 2013).

Juntamente com o referido a confirmação de recursos petrolíferos na Zona Económica Exclusiva (ZEE) das Falkland, a presença de plataformas de exploração dos mesmos e os testes de mísseis terra ar, mostram uma acrescida importância das ilhas para

<sup>26</sup> As ilhas são conhecidas como: West Falkland e Est Falkland, localizando-se nesta última a capital Stanley.

<sup>27</sup> Tratado Antártico de 1961.

<sup>28</sup> A teoria dos setores pressupõe que o continente Antártico seja dividido de acordo com faixas triangulares, sendo estas resultantes da projeção dos litorais mais a oeste e a este dos Estados mais próximos até ao Polo Sul, à semelhança do que aconteceu com o Ártico (Vieira, 2006).

<sup>29</sup> Tanto do ponto de vista da logística como da Segurança.

um Sistema Internacional (SI) no qual os recursos não renováveis são detonadores de conflitos (Gómez, 2013).

De acordo com Mendes Dias, a posição geográfica das ilhas juntamente às riquezas de recursos existentes quer na sua ZEE quer nas águas circundantes, permite a “*sua utilização como meio de projeção militar, no quadro das operações militares, onde se incluem aquelas destinadas a garantir a segurança das grandes rotas oceânicas, utilizadas para o transporte de toda a tipologia de recursos, particularmente, os estratégicos, como os energéticos e os alimentares*” (2014, p. 45). Desta forma, a «potenciação do fator circulação», o fator científico-tecnológico, meios e estruturas permite realizar de forma eficaz e eficiente as comunicações de transportes, que, juntamente com o sub-fator posição, para além de representar valor estratégico, possibilita ao RU controlar as rotas marítimas, que passam próximas à Antártida, Rio da Prata e grande rota do Cabo (2010b e 2014). A capacidade de controlar as rotas marítimas é, também, referida por Dias Sequeira, juntamente, com o facto de a descoberta de recursos energéticos na ZEE das ilhas ter enfatizado o conflito entre o RU e a Argentina (2014).

#### 4.4. Discussão

Embora, o RU comparativamente com a Argentina tenha um PIB muito superior, a diferença ao nível da população é de sensivelmente mais um terço, o que resulta num PIB *per capita* superior para os britânicos. Contudo, ambos os países apresentam um défice orçamental, sendo o do RU mais considerável e que fará com que ambos tenham de melhorar o seu crescimento económico ou diminuir a despesa, este facto é suscetível de ter tido consequências ao nível da Segurança e Defesa, pela reestruturação das forças armadas.

Desta forma, as ilhas Falkland podem desempenhar um papel importante uma vez que, a partir destas, é possível monitorizar o Atlântico Sul e retirar partido da sua ZEE, como alguns autores referem, por exemplo, para Mendes Dias (2014), as ilhas além da importância geográfica, devido permitirem o controlo das rotas marítimas, podem servir de base para apoio: aéreo, marítimo, a operações militares e operações de logística, ou ainda, satisfazer necessidades dos principais países do SPI na realização de acordos bilaterais. Outros autores como Llorens e Pintore (2013) referem que as ilhas são importantes para reclamar direitos sobre o continente branco e a sua zona circundante, ou para servir de base à exploração de recursos no espaço geográfico em questão.

Tendo em atenção os pontos-chave (quadro2), revelamos que para o embaixador argentino, as ilhas Falkland são pertença da Argentina, essencialmente por razões históricas. Da entrevista destacamos os seguintes aspetos: a sua importância estratégica; que são parte do território argentino e foram ocupadas ilegalmente através do recuso à força; as ações de reclamação de restituição da soberania das ilhas realizadas pelo seu país são uma questão de recuperação do território nacional e nada tem a ver com questões económicas. Refere ainda, que, a importância destas tem vindo a alterar-se com o passar do tempo, apresentando também valor estratégico para o RU, muito devido à riqueza do Atlântico Sul e a capacidade que estas fornecem para a projeção de força, tirando partido da base militar instalada nas ilhas. Destacam-se ainda as seguintes capacidades: presença militar nas águas do Atlântico Sul, projeção do RU para a Antártida, exploração de hidrocarbonetos nas águas do Atlântico Sul, exploração da pesca no Atlântico Sul e exploração de minerais no leito marítimo do Atlântico Sul (Aguero, 2014).

Já o adido de defesa militar britânico em Portugal, refere que as ilhas Falkland são um território ultramarino do RU administrado por este há mais de 180 anos, sendo que, nos dias de hoje a relação entre as ilhas e o governo britânico é baseada no respeito mútuo e em parceria, uma vez que estas dispõem de um governo democrático independente e economicamente autossuficiente. Quanto à presença militar, não é feita referência ao controlo das rotas marítimas, contudo afirma que é o Ministério da Defesa britânico que continua responsável pela Segurança das ilhas, da área marítima circundante e defesa externa. Pelo que a missão das forças militares no Atlântico Sul é: demonstrar de forma continua o compromisso do governo britânico tendo em vista a Segurança dos territórios ultramarinos no Atlântico Sul e dissuadir qualquer possível agressão militar, a fim de o RU manter a soberania sobre esses territórios. Não são apontadas vantagens económicas, apenas é referido que o governo está determinado em garantir o Direito de autodeterminação, os meios de subsistência e o estilo de vida aos habitantes das ilhas, criando condições de resposta rápida para a provável concorrência internacional em busca de recursos, qualquer ameaça militar ou eventos climáticos graves, de forma a, continuar a demonstrar o compromisso com todos os territórios ultramarinos e cumprir as responsabilidades estratégicas (Lowther, 2014).

Quadro 2 - Pontos-chave das questões 1/2/3

Importância das ilhas Falkland/ Malvinas	
Agüero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importância estratégica</li> <li>- Território nacional</li> </ul>
Lowther	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Território ultramarino do Reino Unido</li> <li>- Direito dos habitantes</li> </ul>
Importância das ilhas para o controlo das rotas marítimas na região (Atlântico Sul)	
Agüero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença militar nas águas do Atlântico Sul</li> <li>- Projeção antártica do Reino Unido no continente Antártico</li> <li>- Interesses económicos do RU</li> </ul>
Lowther	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segurança e defesa</li> <li>- Direito dos habitantes</li> </ul>
Vantagens económicas que podem advir da soberania das ilhas Falkland/Malvinas	
Agüero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não é uma questão económica</li> </ul>
Lowther	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A principal preocupação é a Segurança do povo</li> <li>- Reforçar caso aumente a ameaça</li> <li>- Responsabilidades estratégicas</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir de Agüero (2014) e Lowther (2014)

A apresentação, análise e discussão dos resultados referentes à questão de investigação 1 «Quais são os motivos do atual conflito?» e à questão de investigação 4 «Quais são os argumentos de ambas as unidades políticas para reclamar a soberania das Ilhas Falkland?». São alguns dos aspetos que exploraremos no próximo capítulo. Como observamos são questões e fundamentos diferentes que cada uma das partes apresenta, desta forma, pretendemos identificar quais os motivos e argumentos que proporcionam o diferendo/conflito entre o RU e a Argentina.

## Capítulo 5

### Análise do Conflito

#### 5.1. Prolegómenos

Na atualidade, o diferendo entre o RU e a Argentina, ganhou protagonismo com a recente corrida pela exploração de petróleo na ZEE pertencente às ilhas Falkland e com a decisão tomada por parte dos países constituintes de organizações regionais, entre estas, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)<sup>30</sup>, e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)<sup>31</sup>, de impedir que embarcações com a bandeira argentina ou navios de guerra britânicos atracassem nos seus portos. Associado a estes factos, e contrariando as resoluções aprovadas pela ONU<sup>32</sup> (Anexo B), o RU continua a ignorar o pedido argentino para iniciar negociações bilaterais sobre a soberania das ilhas (Beck, 2013). Lembrando, que até à década de 80 existiam negociações entre ambos, contudo, e devido a alguns entraves nas mesmas e essencialmente por questões internas, a Argentina decidiu invadir militarmente as ilhas, ano de 1982, o que resultou numa guerra quente com elevados custos para ambos os lados, culminando com a derrota dos Sul-americanos e dificultando as negociações até à atualidade (QuidNovi, 2003).

Por outro lado, o governo argentino tem dado ênfase aos interesses económicos, adotando uma visão mais realista do conflito, uma vez que, a política e a diplomacia estão focadas, nos recursos potencialmente lucrativos do Atlântico Sul e da Antártida que o RU faz questão de explorar, bem como nas ações militares que este desenvolve, nomeadamente exercícios de defesa das ilhas, testes de armamento, deslocamento de navios patrulha e do submarino para a região (Beck, 2013).

---

<sup>30</sup> O MERCOSUL tem como objetivo garantir; a circulação de bens e serviços entre os países, facilitando as burocracias alfandegarias; criar uma tarifa única e uma política económica comum para negociar com terceiros; coordenar políticas macroeconómicas para assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados partes. É integrado por Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia, Uruguai e Paraguai, são ainda países associados o Chile, Colômbia, Peru, Equador, Guiana e Suriname (MERCOSUL, s.d.).

<sup>31</sup> A União de Nações Sul-Americanas é uma organização internacional criada em 2008, com o intuito de impulsionar a integração regional ao nível de: energia, educação, saúde, meio ambiente, infraestruturas, segurança e democracia. Fazem parte os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (UNASUL, s.d.).

<sup>32</sup> Em especial as resoluções 2065 (XX) de 14 de dezembro de 1960 e 31/49 de 14 de dezembro de 1973.



Desde os anos 80, o RU tem mantido e nos últimos anos reforçado a presença militar nas ilhas Falkland nomeadamente: a substituição de aviões de combate por uns de última geração; a capacidade de efetuar reabastecimento em voo; a presença de aeronaves de transporte de pessoal e helicópteros de combate; a presença de navios e submarino; os radares capazes de detetar aeronaves a algumas milhas para o interior do continente Sul Americano; a capacidade antiaérea capaz de dissuadir qualquer ataque; e ainda o equipamento e locais de treino que servem para fazer a rotação e aprontamento de forças (Gómez, 2013).

De acordo com Martin Gómez (2013) a potencialidade energética da região, bem como a descoberta de novas reservas de petróleo, representam o verdadeiro objetivo da atual presença militar na região, o autor refere ainda que a presença militar de potências ocidentais, não favorece os interesses da América do Sul nem a paz na região, sendo que a Argentina e os países da região necessitam de orientar a sua política internacional.

O RU ocupou as ilhas em 1833, altura em que as ilhas serviam de apoio à caça às baleias, revelando-se importantes no ano de 1914, no combate a Alemanha que pretendia retirar partido destas para poder receber apoio da Argentina e do Brasil. De igual forma durante a segunda guerra mundial as ilhas continuavam a representar uma importância estratégica para o apoio naval, materializada através da capacidade de controlar a rota que contorna o Cabo Horn (passagem de Drake) e o apoio argentino à Alemanha. Após estes acontecimentos, começou a intensificar-se o interesse argentino pelas ilhas, decorrendo daí negociações com o RU, mas devido à má condução do assunto e à guerra de 1982, as negociações foram suspensas (Dobson, Miller, & Payne, 1982). Mesmo com as negociações suspensas o RU pretende colaborar em questões de interesse mútuo com a Argentina, condenando a política do governo argentino no que respeita às ilhas, mas acreditando que existem vantagem para a Argentina, ilhas e RU caso estes decidam cooperar. As explorações que tanto causam controvérsia entre estes autores, foram objeto de acordo com a Argentina no passado mas cancelados atualmente por esta, sendo que a exploração que se verifica nos dias de hoje está relacionada com o desenvolvimento económico das ilhas (Lowther, 2014).

Também para Cohen (2009), o diferendo entre os dois países está relacionado com a sobreposição de reivindicações de soberania territorial no continente Antártico. Facto que, tem levado as organizações regionais a manifestar preocupação, sobre os interesses do RU na região, fazendo-se ouvir perante a CI de diversas formas como iremos abordar mais a frente.

## 5.2. Argumentos Britânicos

O governo das ilhas Falkland emitiu as primeiras licenças para a exploração de recursos petrolíferos em 1995, contudo, só em 2010 foi anunciada a primeira descoberta comercial de petróleo, após esta data e até ao ano de 2012, foram perfurados poços que confirmaram a existência de reservas consideráveis para a extração de petróleo e gás, no entanto, é necessário continuar a explorar de forma a quantificar com mais certezas as quantidades existentes. De forma a garantir a correta e as melhores práticas internacionais foi criado um grupo de desenvolvimento do petróleo e gás. São também conhecidos os recursos haliêuticos existentes nas águas em torno das ilhas, cuja maioria da exploração é destinada aos mercados da Europa e Extremo Oriente (Falkland Islands Government, 2012b).

De acordo com o diretor de recursos mineiros das ilhas Falkland, Stephen Luxon, o futuro da economia das ilhas Falkland está associado ao crescente interesse turístico demonstrado por este arquipélago e principalmente pela exploração de recursos petrolíferos de forma rentável com data prevista para o início do segundo semestre do ano de 2017 (Jornal de Notícias, 2013a).

Perante a constante reclamação argentina sobre a soberania das ilhas Falkland e a contínua exigência para que o RU aceite negociar o estatuto das ilhas, este Estado decidiu, organizar um referendo para saber se a população das ilhas Falkland deseja que estas continuem a ser território ultramarino britânico. O resultado deste referendo demonstrou que os habitantes das ilhas querem manter a soberania britânica sobre o arquipélago, o voto positivo por parte destes rondou os 99,8% tendo em conta que a abstenção foi praticamente nula. Este resultado levou o primeiro-ministro britânico, James Cameron, a afirmar que a mensagem enviada pelos habitantes das ilhas é clara, assim sendo, esta decisão deve ser respeitada pela CI, incitando a Argentina a ter em conta a vontade dos habitantes e considerar incluir os habitantes das ilhas como uma terceira parte na disputa e não querer negociar apenas bilateralmente (Viegas, 2013).

O princípio de autodeterminação do povo é desde o ano de 1970, o principal argumento britânico para a manutenção da soberania das ilhas, contudo, o RU apresenta outro motivo sustentado pelo facto de administrar as ilhas há mais de 180 anos, salvo o período de ocupação argentina no ano de 1982, sendo que o impacto deste, aumenta derivado aos EUA reconhecerem o RU como soberano (Beck, 2013) e com a integração das ilhas

Falkland como região ultraperiférica da União Europeia (EU), de acordo com o Anexo II do Tratado de Lisboa (Assembleia da República (AR), 2008).

Tendo em atenção os pontos-chave (quadro 3), de forma a apresentar o ponto de vista britânico o adido de defesa militar britânico em Portugal, revela que o RU ainda não esqueceu a invasão argentina sobre as ilhas e continua desapontado com o facto de a Argentina continuar com uma política hostil contra os habitantes das ilhas, na tentativa de estrangular o sustento económico e recusando cooperar com as Falkland numa série de questões para o bem comum da região. Afirmou ainda que estas ações bem como a tentativa de coagir os habitantes obterão resistência por parte do governo britânico, acrescentando que estão contra os princípios da carta da ONU e do direito do povo do arquipélago. Ressaltando ainda, que não haverá negociações com a Argentina sobre a soberania das ilhas Falkland sem que os habitantes das mesmas o desejem. Contudo manifesta que o RU quer manter, boas relações com a Argentina, assim como, com os vizinhos no Atlântico Sul, nomeadamente manter a cooperação em questões práticas como transporte aéreo ou ao nível das áreas da pesca e exploração de recursos, acreditando que é do interesse mútuo das ilhas Falkland e Argentina chegar a consensos (Lowther, 2014).

O representante militar, revela que o governo britânico apoia plenamente o direito dos habitantes das ilhas Falkland para desenvolver o setor de hidrocarbonetos em seu benefício económico. Assim a exploração de hidrocarbonetos é um empreendimento económico legítimo constituindo-se como parte integrante do direito de autodeterminação do povo, uma vez que estas atividades são realizadas na plataforma continental das ilhas Falkland e são reguladas pela legislação do governo das ilhas Falkland, estando em estrita conformidade com a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.

Desta forma o RU rejeita qualquer ameaça por parte do governo argentino que prejudique os habitantes das ilhas Falkland ou a economia, não tendo dúvidas sobre a soberania das ilhas da área marítima circundante, pois têm sido continuamente e pacificamente habitadas e administradas sob soberania britânica desde 1833, salvo o período de 1982. Garante que, as ilhas têm sido o lar para os habitantes há mais de 180 anos e que o povo das ilhas Falkland como demonstrado no referendo de 2013 são britânicos, pois assim o escolheram ser, reforçado pelo resultado positivo no referendo que atingiu 99,8% a favor de permanecer um território britânico ultramarino. Para concluir, referiu que o princípio da autodeterminação, consagrado na Carta da ONU e do direito dos habitantes das ilhas à autodeterminação será sempre a pedra angular política do seu governo (Lowther, 2014).

### 5.3. Argumentos Argentinos

Ao longo da história a Argentina procura, recorrendo a diversas formas, recuperar a soberania das ilhas Falkland, evocando argumentos que não são aceites pela CI. Desses argumentos destacam-se: a herança do território que pertenceu à coroa espanhola, argumento principal (bem vincado na entrevista ao embaixador argentino em Lisboa); a inclusão das ilhas na plataforma continental da Argentina e a sua proximidade ao continente Sul Americano, argumento geográfico; e a expulsão da população de origem argentina e deslocação para o território de população das ilhas britânicas; argumento de autodeterminação dos povos (Ciccone, 2013). Outra forma de reclamar a soberania das ilhas por parte da argentina é através de argumentos jurídicos, usando o DI, prerrogativas e resoluções aprovadas pela ONU bem como de outras OI para fundamentar as suas reivindicações (Beck, 2013). Além da ocupação das ilhas pela força, que originou a Guerra nos anos 80 com a derrota argentina.

De acordo com o argumento principal as ilhas Falkland são território argentino, uma vez que, o território argentino é herança da coroa espanhola em virtude da sua independência, os fundamentos para tal afirmação decorrem: do descobrimento das ilhas por parte de navegantes ao serviço da coroa espanhola, das bulas papais do Séc. XV, do Tratado de Tordesilhas e da ocupação efetiva das ilhas com cidadãos argentinos (Ciccone, 2013).

Já o argumento geográfico está relacionado com a contiguidade e continuidade, uma vez que as ilhas estão unidas à Argentina por um fundo submarino a cerca de 200 metros de profundidade colocando as ilhas na plataforma continental argentina (Beck, 2013).

Quanto ao argumento de autodeterminação dos povos, embora seja usado pelo RU para legitimar e revindicar os Direitos dos habitantes das ilhas, este é apontado pelo governo argentino como um ato de migração da população do RU para o arquipélago, demonstrando uma política colonialista, na qual, os cidadãos são influenciados pelas decisões políticas do parlamento britânico (Ciccone, 2013).

Por outro lado, os argumentos jurídicos estão ligados aos interesses políticos e económicos do RU, afirmando que este usa a sua influência no SI juntamente com o poder económico e militar para negar qualquer tipo de negociações com a Argentina ou cumprir as resoluções aprovadas pela ONU (Anexo B). Relevando-se ainda, o facto de o RU ter assento permanente no CSNU, o qual permite limitar a aprovação de resoluções que o condenem, através do direito de veto. Está ainda contemplado nos argumentos jurídicos a questão da

ZEE uma vez que está a ser partilhada com o RU através das ilhas Falkland, na qual este exerce um controlo militar que limita as ações da Argentina (Beck, 2013).

Tendo em atenção os pontos-chave (quadro 3), revelamos que para o embaixador argentino em Portugal, o seu país à décadas que continua a desenvolver ações para iniciar negociações bilaterais entre os governos do RU e Argentina, contudo estas não se realizam devido à recusa britânica. Considera ainda que esta recusa é deveras mais significativa tendo em conta todas as resoluções aprovadas pela ONU, que incentivam o RU e a Argentina a criar estas negociações com vista a encontrar uma solução para a soberania das ilhas. Para o embaixador os recursos poderiam ser um elemento a favor de diálogo e de negociações mas os britânicos converteram-no num elemento irritativo, uma vez que decidiram contrariar a resolução da ONU, em que diz para as partes se absterem de tomar decisões de natureza económica nas ilhas enquanto não se resolver a questão de fundo, mesmo assim o RU tomou a decisão unilateral<sup>33</sup> de avançar com a exploração de recursos petrolíferos, minerais e de pesca que estão nas águas que correspondem as ilhas Falkland.

Por outro lado, o embaixador salienta que a Argentina tem como fundamentos o princípio histórico uma vez que o seu país se afirmou a partir do império espanhol, e herdou os territórios que pertenciam à coroa Espanhola, motivo esse que também explica o motivo de os primeiros governantes das ilhas serem designados por Buenos Aires. O outro fundamento, é de natureza geográfica considerando que as ilhas estão dentro da plataforma continental da Argentina. Realçando no final do acima referido que as ilhas só não pertencem à Argentina, por obra da força militar britânica que em 1833 (Séc. XIX) ocupou militarmente as ilhas e desde então se nega a restituí-las e que a Argentina só tem uma forma para as recuperar, sendo ela a diplomacia, através de captar aliados para a sua causa em fóruns internacionais com o intuito de levar o RU a aceitar negociações bilaterais.

#### **5.4. Contra Argumentos**

A Argentina nunca concordou com a forma como os britânicos ocuparam as ilhas no ano de 1833, desta forma, não é possível aplicar o direito de autodeterminação dos povos, embora os órgãos da ONU desempenhem um papel fundamental na aplicação da

---

<sup>33</sup> Que do ponto de vista do DI é uma discussão no mínimo discutível.

autodeterminação dos povos, nem sempre este pode ser aplicado, devido ao princípio da integridade territorial se sobrepor a este (Beck, 2013).

Assim sendo, para ser considerado «povo» no sentido jurídico e com direito à autodeterminação tem de ser reconhecido pelos órgãos competentes da ONU, concretamente pelo CEDNU. A validade do princípio da autodeterminação, definido como a necessidade de se respeitar a vontade livremente expressa dos povos, não é afetada pelo facto de, em certos casos, a Assembleia Geral ter dispensado, a obrigação de consultar os habitantes de um determinado território. Apesar de, o RU apresentar este direito como principal fundamento, o exercício do Direito à autodeterminação só é aplicável aos povos autóctones e com personalidade inconfundível, e não às populações adventícias oriundas da potência colonial, a ela afins e ao seu serviço (Fino & Pezzano, 2013).

Por outro lado, o RU não considera as circunstancias geográficas uma base jurídica, devido à distância a que as ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul se encontram da costa argentina, pois, caso contrário grande parte das ilhas no planeta não estariam a salvo de desígnios do poder continental mais próximo, acrescentando que a Argentina apenas começou a reivindicar estes arquipélagos em meados do Séc. XX e após ser estabelecida a administração britânica sobre os mesmos (Beck, 2013).

Para Beck (2013) os países envolvidos no diferendo procuram arranjar argumentos para justificar os seus interesses e desacreditar os argumentos da outra parte, provocando reações da CI, mas de aplicação difícil devido à forma como os países envolvidos lidam com essas reações ou mesmo devido à representação que estas exercem a nível mundial.

Quadro 3 - Pontos-chave das questões 4/5/6

Principais entraves para o Reino Unido e a Argentina conseguirem chegar a um entendimento, sobre a soberania das ilhas Falkland/Malvinas	
Agüero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recusa de diálogo e negociações</li> <li>- Resistência para cumprir o pedido da Comunidade Internacional</li> </ul>
Lowther	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política de hostilidade</li> <li>- Negociações dependentes da vontade da população das ilhas</li> </ul>
A descoberta de recursos energéticos dificulta as negociações entre a Argentina e o Reino Unido	
Agüero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Reino Unido explora os recursos mesmo contra a resolução da ONU.</li> </ul>
Lowther	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os recursos e exploração são direito dos habitantes das ilhas</li> <li>- Rejeitam ações que prejudiquem a economia.</li> </ul>
Fundamentos (jurídicos, históricos ou outros) para reclamar a soberania das ilhas Falkland/Malvinas	
Agüero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Herança da coroa espanhola</li> <li>- São plataforma continental da Argentina</li> <li>- Ocupação ilegal</li> </ul>
Lowther	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não existem dúvidas sobre a soberania das ilhas</li> <li>- Os habitantes escolherem o seu futuro</li> <li>- Princípio da autodeterminação consagrado na Carta da ONU</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir de Agüero (2014) e Lowther (2014)

Considerando que num sistema internacional os recursos naturais não renováveis, sejam energéticos ou alimentares podem detonar conflitos a nível regional, as ilhas Falkland poderão constituir-se numa área fundamental (Gómez, 2013), assim sendo, de seguida vamos apresentar a perspetiva das partes RU e Argentina, observando o papel das OI na tentativa de se constituírem como mediadores para a resolução do conflito.

## Capítulo 6

### Perspetivas Futuras

#### 6.1. Prolegómenos

Através da resolução 3160 (XX) aprovada dia 14 de dezembro de 1973 pela Assembleia Geral da ONU, adveio uma das consequências mais importante para a solução do diferendo entre o RU e Argentina, solução essa proposta pelo governo britânico, em 1974, onde este propunha que a administração das ilhas fosse efetuada de forma conjunta por um período de vinte e cinco anos, após finalizado, as ilhas passariam a ser território argentino. Contudo, e devido a conflitos internos na Argentina essa proposta não chegou a ser formalizada pela Argentina e com a morte do chefe de Estado a proposta foi retirada, permanecendo por resolver a situação de soberania até a atualidade.

Assim sendo, para a alcançar uma solução pacífica e definitiva, segundo Sebastián Ciccone (2013), é necessário que a Argentina desenvolva boas relações com os habitantes das ilhas Falkland, tal será possível contribuindo para a melhoria das condições de vida, o que resultaria numa perceção positiva por parte da população. Se isso ocorrer, a médio longo prazo, poderá haver uma aproximação à Argentina, pela melhoria da sua imagem perante os habitantes das ilhas; esta situação poderá concorrer para que o governo argentino pondere que os habitantes se constituam como terceira parte nas negociações e inclusive que estas mudem de opinião sobre a qual Estado querem pertencer, contribuindo assim para uma resolução pacífica do conflito.

Contudo, os exercícios militares desenvolvidos em torno das ilhas Falkland por parte do RU, assim como a presença de armas e material militar, incluindo um submarino nuclear, levaram a que os países da América do Sul, voltados para o Atlântico se manifestassem. De tal forma que, em março de 2013, os representantes das organizações regionais, MERCOSUL, UNASUL e *Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños* (CELAC)<sup>34</sup>, na sede da ONU em Nova Iorque, acompanharam a presidente argentina

---

<sup>34</sup> A Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caríbas, tem como objetivo: aprofundar a integração regional; fortalecer a cooperação em áreas de interesse comum; implementar estratégias de cooperação Sul-Sul. Fazem parte da organização os seguintes países: Argentina, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados,



Cristina Kirchner, para demonstrar o apoio prestado à Argentina na obtenção de uma solução definitiva no diferendo com o RU (Timerman, 2014).

## 6.2. Contribuição da Organização das Nações Unidas

Com a criação da ONU em 1945, o diferendo entre o RU e a Argentina ganhou relevância, pelo que, desde logo a Assembleia Geral da ONU incentivou ambos os países a encontrar uma solução para o diferendo. Assim, começou por aprovar resoluções incitando a que os países se juntassem de forma a negociar a soberania das ilhas<sup>35</sup>. Como não foi comunicado à ONU, nenhum entendimento entre os países, nem observado alterações no diferendo, foi elaborada uma nova resolução<sup>36</sup> que estabelecia que, enquanto a questão das ilhas não estivesse resolvida, não poderiam ser tomadas decisões unilaterais sobre estas. No entanto com a ameaça iminente e mais tarde efetiva por parte da Argentina o CSNU, aprovou duas resoluções<sup>37</sup>, para que não fosse utilizado o recurso à força, para que a Argentina abandonasse as ilhas e retomasse as negociações. Contudo, após a guerra de 1982, a situação sobre a soberania das ilhas não se alterou, e o CSNU não voltou a elaborar qualquer resolução sobre estas, sendo que este assunto passou a ser acompanhado apenas no CEDNU e desde então, todos os anos tem aprovado uma resolução referente à situação das ilhas (UN, 2014).

Durante a sessão do CSNU realizado em 6 de agosto de 2013, associado ao tema; «Cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança internacional», a presidente argentina Cristina Kirchner, defendeu a reivindicação da Argentina sobre a soberania das ilhas Falkland, pedindo para que sejam aplicadas as resoluções aprovadas pela ONU, as quais, referem que os governos do RU e Argentina devem criar condições para discutir e negociar a soberania das ilhas. Por outro lado, o embaixador britânico, Mark Lyall presente na sessão, referiu que esta decisão não está apenas ao alcance dos dois governos, mas sim dependente das três partes sendo elas os governos e a população das ilhas (Jornal de Notícias, 2013b).

---

Bolívia, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Republica Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, Suriname, Trindade e Tobago, São Vicente e Granadinas, Uruguai e Venezuela (CELAC, s.d.).

<sup>35</sup> Resolução da Assembleia Geral da ONU, 2065 (XX) de 14 de dezembro de 1960.

<sup>36</sup> Resolução da Assembleia Geral da ONU, 31/49 de 1 de dezembro de 1976.

<sup>37</sup> Resoluções do CSNU, 502 de 3 de abril de 1982 e 505 de 26 de maio de 1982.

### 6.3. Contributo das Organizações Regionais

Denotamos que ao nível da *Commonwealth* existe uma preocupação em debater o assunto da soberania das ilhas, como demonstrado na quadragésima terceira conferência das ilhas britânicas e região mediterrânea, realizada nas ilhas Falkland em 2013, o tema da reunião foi a «Autodeterminação e o seu papel na Auto governação e delegação de poderes». No entanto, embora tenha sido dada ênfase à situação das ilhas Falkland, não é do conhecimento público qualquer decisão ou manifestação por parte desta organização (Commonwealth Parliamentary Association, 2013).

#### 6.3.1. União Europeia

Os Estados Membros constituintes da UE<sup>38</sup>, aprovaram através do Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007, que seriam associados a esta organização os países e territórios não europeus que mantêm relações especiais com alguns Estados Membros constituintes, nomeadamente, a Dinamarca, a França, os Países Baixos e o RU (Anexo C). Esta associação tem como finalidade promover o desenvolvimento económico e social bem como estabelecer relações económicas entre estes e a UE, para que os Estados Membros mantenham o mesmo regime nas relações com estes, à imagem do aplicado ao Estado europeu que tem relações especiais com estes países ou territórios, permite ainda que estes recorram a investimentos financiados pela UE de igual forma como um Estado Membro (AR, 2008).

De igual forma, as importações originárias destes, não serão abrangidas pelos direitos aduaneiros, sendo mesmo proibidos, como acontece entre os Estados Membros, é ainda permitida a livre circulação de trabalhadores de ambas as partes (AR, 2008).

---

<sup>38</sup> A UE foi criada com o intuito de incentivar a cooperação económica na Europa, começou por ser uma parceria económica e atualmente abrange diversos domínios de intervenção, desde ajuda ao desenvolvimento a políticas ambientais. Fazem parte da organização os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Eslováquia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia (UE, s.d.).

### 6.3.2. Mercado Comum do Sul

Os países da organização regional MERCOSUL, pretendem fortalecer a democracia, a ordem constitucional e o estado de direito, de forma a promover os direitos humanos e consolidar a paz na região. Desta forma, consideraram que a Argentina se encontra em pleno direito de reclamar a soberania das ilhas Falkland e que atendendo aos interesses regionais, ambos os países, RU e Argentina, deveriam chegar a uma solução o mais breve possível, em conformidade com as resoluções aprovadas pela ONU e as declarações das organizações regionais entre elas UNASUL e CELAC. Os chefes de Estado manifestaram ainda que a presença militar do RU é contrária à política da região e desaprovam atividades unilaterais britânicas, que incluem a exploração e exportação de recursos renováveis e não renováveis, bem como a realização de exercícios militares na área em disputa, uma vez que, estas contrariam especialmente a resolução 31/49 da ONU. Assim, comprometeram-se a fornecer toda a informação disponível sobre embarcações provenientes das ilhas, e a adotar em conformidade com o DI, os acordos internacionais vigentes e respetivas legislações internas, medidas que impeçam que embarcações com a bandeira das ilhas atraquem nos seus portos (Mercado Comum do Sul, 2012).

A Organização Internacional - MERCOSUL - quando tomou conhecimento que se iria realizar um referendo no ano de 2013, para saber a opinião dos habitantes das ilhas, relativamente à questão da soberania das mesmas, voltou a reagir afirmando que não alterava em nada a essência do diferendo e que não poderia ser ignorado o carácter colonial nem as contínuas resoluções aprovadas pela ONU (Mercado Comum do Sul, 2012).

Da mesma forma, em 2013, os Chefes de Estado e governos do MERCOSUL, voltaram a reforçar que as medidas unilaterais adotadas pelo RU não eram compatíveis com os interesses regionais, manifestando novamente, o desejo de uma rápida solução para o diferendo, bem como dar continuidade a troca de informações sobre a movimentação de embarcações em torno das ilhas (Mercado Comum do Sul, 2013).

### 6.3.3. União de Nações Sul-Americanas

No ano de 2012, os ministros das relações exteriores, em conselho de ministros da UNASUL, manifestaram apoio à reivindicação da Argentina sobre as ilhas Falkland, continuando com cooperação ao nível das informações, nomeadamente sobre atividades

militares britânicas em torno das ilhas e movimentos de embarcações provenientes destas. Por um lado, manifestaram descontentamento por não serem cumpridas as resoluções aprovadas pela ONU e pela recusa do RU em negociar com a Argentina, por outro, destacaram o esforço contínuo do governo argentino para retomar as negociações e a preocupação demonstrada por parte da presidente argentina Cristina Kirchner ao anunciar a participação na sessão do CEDNU, referente à situação das ilhas Falkland. Referiram ainda, que a presença militar britânica e os exercícios que estas desenvolvem é contrária a política da região, assim como o desenvolvimento de atividades unilaterais como a exploração de recursos renováveis e não renováveis (Unión de Naciones Suramericanas, 2012).

Da mesma forma, no ano seguinte, os Chefes de Estado e de governo numa reunião da UNASUL, voltaram a expressar o anteriormente referido, destacando que deveria ser conseguido o mais rápido possível uma solução pacífica para o diferendo entre ambos os países, de acordo com as resoluções e declarações da ONU e das organizações regionais (Unión de Naciones Suramericanas, 2013).

#### **6.3.4. Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas**

Observamos que o diferendo sobre as Falkland tem sido alvo de assunto nas cimeiras da CELAC, recordamos o ano de 2013, em que os Chefes de Estado e governos da América Latina e das Caraíbas, reiteraram que a Argentina está no seu direito de reclamar a soberania das ilhas Falkland e suas dependências, afirmando ainda, que é de permanente interesse dos mesmos que os governos do RU e Argentina cheguem a uma solução pacífica o mais breve possível, em conformidade com as resoluções aprovadas pela ONU e as anteriores declarações das cimeiras da CELAC em particular a de 2010. Realçam ainda a importância de respeitar a resolução 31/49 de 14 de dezembro de 1976 da ONU, de forma, a não tomarem decisões que possam modificar unilateralmente a situação enquanto existir o diferendo. Destacam ainda a atitude construtiva do governo argentino para alcançar de forma pacífica uma solução definitiva (CELAC, 2013).

Também no ano de 2014, no recorrer de mais uma cimeira da CELAC, a soberania das ilhas volta a ser alvo de assunto, e da mesma forma, é reiterado o anteriormente referido. São ainda destacadas as intervenções que a UNASUL, MERCOSUL e CELAC tiveram no ano de 2013, junto do CEDNU para promover as negociações entre os países (CELAC, 2014).

## 6.4. Discussão

De acordo com o embaixador argentino em Portugal, o seu país prefere imaginar como possível qualquer cenário de negociações entre o RU e a Argentina sempre que englobe a soberania das ilhas. Contudo, afirma que não é o mesmo negociar com um país membro permanente do CSNU ou negociar com um país que não é membro permanente, pois inevitavelmente esta situação melhora a posição do RU que pode vetar qualquer tentativa de aprovação de uma resolução. O que segundo o embaixador, de certa forma também se constitui numa violação do DI, pois se a Assembleia Geral da ONU aprova uma resolução (2065 (XX), de 16 de dezembro de 1965) e todos os anos esta é revogada, o RU como membro permanente do CSNU tem mais responsabilidades e deveria aceitar mais facilmente a voz da CI. O embaixador refere que, no decorrer de cimeiras das organizações regionais da América Latina, estas se prenunciam com o intuito ver criadas condições para que o RU e a Argentina possam negociar a soberania das ilhas. No final das suas declarações, reforça ainda que o RU tem poder para não negociar e para ignorar as OI (Aguero, 2014).

Por outro lado o adido de defesa militar britânico em Portugal, refere que o seu país lamenta a política do atual governo argentino, apesar de, estar interessado em colaborar com a Argentina em áreas de interesse mútuo no Atlântico Sul, para promover a cooperação entre Argentina e as ilhas Falkland, referindo que é importante, e que é seu desejo poderem trabalhar em conjunto em áreas de interesse e benefício para ambos, como acontece com outros países com divergências. O seu país acredita que existe muito para discutir entre os governos das ilhas Falkland, RU e Argentina, nomeadamente no que respeita a áreas como a pesca, os hidrocarbonetos, as comunicações e o comércio, à imagem do ocorrido no passado e abolido pela Argentina. O adido de defesa militar afirma que o seu país tem sido claro sobre o futuro das ilhas, este deve ser determinado pelo povo das ilhas Falkland, como estabelecido nos termos da Carta das Nações Unidas, para respeitar o princípio da autodeterminação. Salientando que o RU só envolveu o CSNU na disputa quando a Argentina invadiu as ilhas em 1982, não prevendo que este desempenhe qualquer papel na disputa. Referindo no final das suas declarações que só existirá negociações sobre a soberania das ilhas, caso os habitantes assim o desejem, contudo, e como demonstrado através do referendo, essa não é a vontade dos habitantes, logo não existe lugar para pressões exteriores.

Quadro 4 - Pontos-chave das questões 7/8/9

Possibilidade ou previsibilidade de um entendimento entre o Reino Unido e a Argentina, sem intervenção da Comunidade Internacional	
Agüero	- É possível qualquer cenário
Lowther	- O Reino Unido é contra a política do atual governo argentino - Há muito para discutir - Cooperação
O facto do Reino Unido ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá dificultar a resolução do diferendo	
Agüero	- Melhora a posição do Reino Unido em termos de poder - O Reino Unido não cumpre as resoluções da Assembleia Geral da ONU
Lowther	- Futuro das Ilhas determinado pelo povo - O Reino Unido só envolveu o CSNU na disputa de 1982 - Não há um papel para o CSNU
Organizações Internacionais como (MERCOSUL, UNASUL ou outra) podem desempenhar um papel preponderante para a resolução do diferendo	
Agüero	- As Organizações Regionais da América Latina estão a favor da Argentina
Lowther	- São os habitantes que decidem - Não há papel para qualquer parte externa

Fonte: Elaboração própria a partir de Agüero (2014) e Lowther (2014)

Atendendo ao anteriormente exposto observamos que, embora, o conflito seja entre o RU e a Argentina, conseguiu despertar o interesse da CI. Este interesse é manifestado através de OI que de forma a satisfazer os seus objetivos, tendem em apoiar os países em causa da forma mais conveniente, fazendo com que estes adotem medidas políticas com vista a encontrar uma solução adequada.

No capítulo que se segue, pretendemos expor as nossas conclusões tendo em consideração a nossa base teórica e os assuntos retratados nos capítulos que o antecedem.

## **Conclusões e Recomendações**

### **Cumprimento dos Objetivos**

Entrando no culminar de toda a nossa investigação, na fase de responder às questões de investigação, confirmar ou negar as hipóteses, bem como responder à questão central, podemos averiguar o cumprimento dos objetivos previamente definidos. Com base no decorrer da nossa investigação, apoiando-nos na revisão da literatura e nas entrevistas realizadas, tornou-se possível criar um quadro teórico de forma a analisar, interpretar e comunicar os resultados obtidos, materializando assim o cumprimento dos nossos objetivos.

### **Respostas às Questões de Investigação**

Respondendo a cada uma das questões de investigação cumprimos cada um dos objetivos específicos estabelecidos na problemática do trabalho.

Assim para a questão de investigação “Qual é a importância da posição Geográfica das Ilhas Falkland” a resposta surge com a importância das ilhas: na monitorização do Atlântico Sul, nomeadamente no controlo das principais rotas marítimas que atravessam a região (passagem do Atlântico Sul para o Pacífico); na capacidade de garantir segurança às comunicações e transportes, principalmente no transporte de recursos energéticos e alimentares; na riqueza da sua ZEE e águas circundantes, destacando-se os recursos petrolíferos; na possibilidade que as ilhas fornecem na projeção de forças, bem como prestar apoio logístico. Revelam ainda uma acrescida importância estratégica para uma futura projeção sobre o continente Antártico. Razões que permitem perceber a disputa entre o RU e a Argentina.

Quanto à questão de investigação “Quais são os motivos do atual conflito?” Os motivos são muito antigos e remontam à ocupação das Ilhas, em 1832, pelo RU; a crescente

exploração dos recursos renováveis e não renováveis na ZEE pertencente às ilhas Falkland, veio acentuar o conflito, verificável pela maior presença militar do RU na região e pelos protestos da Argentina nos fóruns internacionais, conseguindo mesmo juntar alguns países e organizações à sua causa, não fazendo apenas referência ao argumento histórico de herança, mas reforçando com o desenrolar de ações ilegais por parte do RU. Por outro lado, o RU refere que todas as ações desenvolvidas visam apenas garantir a segurança e os direitos dos habitantes.

Atendendo à questão de investigação, “Que possíveis soluções poderão existir para a resolução do diferendo?” de acordo com a investigação, não se prevê uma solução para o diferendo a curto prazo, no entanto, a Argentina já referiu que não vai recorrer à força para recuperar a soberania das ilhas. A posição do RU relativamente às negociações, reclamadas pelo país Sul-Americano, é que elas só terão lugar, caso os habitantes das ilhas assim o desejem ou caso a Argentina os considere como uma terceira parte nas negociações.

Por fim, na resposta à última questão de investigação, “Quais são os argumentos de ambas as unidades políticas para reclamar a soberania das Ilhas Falkland?” podemos observar os diferentes pontos de vista, por um lado, os britânicos argumentam que o RU é soberano das ilhas porque os habitantes assim o desejam e têm direito de autodeterminação e ainda porque são administradas há mais de 180 anos pelo RU. Por outro, os argentinos argumentam que as ilhas deveriam ser argentinas por motivos históricos, de proximidade geográfica e motivos jurídicos relacionados com as ilegalidades cometidas pelo RU ao não respeitar as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da ONU.

### **Verificação das Hipóteses**

Tendo em vista responder à questão central formulada para a investigação, foram deduzidas hipóteses que iremos agora verificar.

Analisando a hipótese 1 – As Ilhas Falkland são importantes para o Reino Unido manter o controlo de rotas marítimas na região; podemos observar que esta se confirma, denota-se que, após a guerra fria teve lugar a retração de dispositivos das marinhas de alguns Estados, nomeadamente, os europeus, e um aumento de trocas comerciais por via marítima.



Atendendo a este facto, a segurança das comunicações marítimas é reduzida, principalmente no Atlântico Sul, derivado das diminutas capacidades que os países banhados por este oceano possuem, e ainda derivado à proximidade de Estados falhados de África a partir dos quais podem surgir ameaças, como está a acontecer atualmente no Golfo da Guiné.

Desta forma, surgem as ilhas Falkland com posições de controlo próximas do continente Antártico e que materializam a possibilidade de interferir nas rotas marítimas, onde se destacam as que passam próximas à Antártida, Rio da Prata e as passagens do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico, nomeadamente no estreito de Magalhães e na passagem de Drake, por onde são realizados os transportes de maior dimensão com destino aos EUA e Europa. Estas são também utilizadas como meio de projeção militar, para garantir a segurança das grandes rotas oceânicas do Atlântico Sul, utilizadas para o transporte de toda a tipologia de recursos, particularmente, os estratégicos, como os energéticos e os alimentares. Assim, e atendendo à sua posição, meios, estruturas e avanço tecnológico permite ao RU controlar as rotas marítimas, que passam próximas à Antártida e no Rio da Prata.

Considerando a hipótese 2 – A resolução do diferendo pela soberania das Ilhas Falkland passa pela intervenção da Comunidade Internacional; confirmamos esta hipótese, uma vez que o RU diz que não haverá negociações com a Argentina a menos que os habitantes das ilhas assim o desejem, ou a Argentina aceite que estes se constituam como a terceira parte nas negociações. Associado a estes argumentos e tendo em consideração: as resoluções da ONU que incentivam ambos os países a encontrarem uma solução pacífica para o diferendo; as declarações das OI da América do Sul, afirmando que a situação é contrária à política da região e que devem ser iniciadas as negociações; o facto de a UE ter aprovado que as ilhas Falkland passam a ser associadas da mesma, de forma a manter relações iguais às que mantém com os Estados-membros, nomeadamente ao nível das relações económicas e das trocas comerciais; e o facto de o tema ser abordado pela *Commonwealth*, do ponto de vista da autodeterminação e auto governação, revela o interesse da CI sobre as ilhas Falkland, levando-a a prestar apoio aos países envolvidos de acordo com os seus interesses, com vista, por um lado, à obtenção de uma solução pacífica, e por outro à obtenção de uma solução que satisfaça os seus objetivos, numa altura em que os recursos energéticos e alimentares condicionam as decisões dos diversos Estados do SI.

Acrescentamos ainda, que em termos de segurança, o CSNU é o único órgão do SI com capacidade de adotar decisões de cumprimento obrigatórias por parte dos Estados-

membros, podendo mesmo autorizar a intervenção militar para tal, no entanto, uma vez que estamos perante um nível de hostilidade reduzido, não se prevê o envolvimento deste na resolução do diferendo, ainda mais quando o RU é membro permanente, contudo caso se verifique uma escalada ao nível da hostilidade é previsível que o CSNU volte a emanar alguma resolução, à imagem do que aconteceu em 1982.

Nesta lógica, o futuro das organizações, nomeadamente as da América do Sul podem vir a desempenhar um papel importante na resolução do diferendo, quer seja pelo atual apoio prestado à Argentina ao nível diplomático, ou através dos países que delas fazem parte, que procuram afirmar-se a nível internacional, de forma a garantir os seus interesses em matéria de segurança, manutenção de paz e soberania.

Tendo em atenção a hipótese 3 – O argumento do Reino Unido pela manutenção da soberania sobre as Ilhas Falkland tem em consideração a vontade da população querer continuar a ser britânica; podemos observar que a hipótese se confirma uma vez que o governo britânico está focado em defender os direitos dos habitantes das ilhas, quer ao nível económico quer ao nível da segurança, derivado da vontade que estes manifestaram com a resposta ao referendo realizado no ano de 2013. Contudo, apesar do resultado deste, podemos observar que o RU já vinha a desenvolver atividades económicas, nomeadamente exploração de recursos nas águas circundantes, ressaltando que caso o RU perca a soberania das ilhas perde também uma importante base militar, que lhe permite atualmente apoiar o controlo das rotas marítimas na região e suscetível de no futuro apoiar uma corrida à Antártida.

Por outro lado a hipótese 4 – Os argumentos da Argentina ao reclamar a soberania sobre as Ilhas Falkland deve-se à proximidade geográfica e a fundamentos históricos; também é uma hipótese confirmada, pois o principal argumento argentino para a recuperação das ilhas é o facto de estas terem pertencido à coroa espanhola, e com a independência da Argentina estas deveriam pertencer-lhe até porque após a independência foram deslocados para as ilhas pessoas argentinas e só abandonaram as ilhas através do recurso à força. É ainda referido que estas se encontram dentro da plataforma continental da Argentina estando ligadas por um fundo submarino a cerca de 200 metros de profundidade, garantindo a continuidade e contiguidade do país. Denotamos ainda que a Argentina se tem apoiado nestes argumentos e os tem divulgado por toda a CI, com o intuito de expor o assunto e influenciar as decisões desta, uma vez que, em termos de poder e comparativamente ao RU,

quer seja ao nível político ou ao nível militar, a Argentina não possui capacidades para obrigar os britânicos a negociar a soberania das ilhas. Desta forma, a Argentina tem procurado outras formas para resolver o diferendo, que não aquela da década de 80, que embora tenha proporcionado negociações, resultou numa guerra quente entre ambos, provocando custos elevados para as partes culminando com a derrota argentina e a continuidade da soberania das ilhas Falkland por parte do RU.

Quanto à hipótese 5 – A descoberta de recursos energéticos contribui para aumentar a dificuldade de resolução do conflito; esta é confirmada uma vez que os recursos energéticos podem ser potenciadores de conflitos e como observado anteriormente, tanto o RU como a Argentina têm restrições orçamentais, pelo que, a exploração dos recursos em torno das ilhas representa uma melhoria da economia para o Estado que os explora. Desta forma, a confirmação de recursos petrolíferos na ZEE das Falkland, a presença de plataformas de exploração dos mesmos, bem como a restante riqueza existente nas águas mostram uma acrescida importância das ilhas, levando o RU a explorar os recursos e utilizá-las como meio de projeção militar, para garantir as operações de segurança, contribuindo assim para a manutenção e eventualmente agravar o conflito com a Argentina.

### **Resposta à Questão Central**

Com base em toda a investigação realizada, foi possível culminar este estudo respondendo à Questão Central, “Qual a importância das ilhas Falkland no diferendo entre o Reino Unido e a Argentina?”. A enumeração dos factos e motivos que se seguem revelam a importância das ilhas: prende-se com a riqueza de recursos, nomeadamente os energéticos e alimentares, existentes não só na ZEE das ilhas mas também no Atlântico Sul, suscetíveis de exploração para garantir as necessidades das populações dos diversos Estados; a capacidade de monitorizar as rotas marítimas responsáveis pelo transporte de matérias essenciais ao desenvolvimento do RU; a capacidade que estas dispõem para fornecer apoio à projeção de forças ou prestar apoio logístico; a visão futurista de reclamar soberania sobre território na Antártida. Podemos ainda deduzir que derivado ao interesse demonstrado por algumas organizações, as ilhas representam uma importância ao nível da obtenção de matérias-primas e recursos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento dos países que as constituem, bem como a organização como um todo. Os apoios das OI Sul

Americanas à Argentina deve ser vista numa perspetiva de solidariedade geográfica e não do interesse dos países dessas OI que são muitos.

Perante o estudo realizado, apercebemo-nos que os países em confronto procuram encontrar uma solução de formas diferente, é notório que a Argentina procura que o assunto seja mantido na agenda Internacional e debatido na comunidade social, como se demonstra na elevada participação e divulgação desta questão nas OI e em diversos fóruns nacionais e internacionais; até a entrevista concedida pelo embaixador argentino em Portugal, mostrando-se imediatamente disponível aquando da solicitação revela bem a preocupação de divulgar e mostrar os argumentos do país das “pampas” em todas as situações. Por outro lado, verificamos que o RU procura que o assunto não seja debatido, passe despercebido, notando-se este facto, através da recusa de negociações com a Argentina, a adoção de uma política defensiva desviando o tema da soberania para o direito dos habitantes. Também a indisponibilidade da embaixada britânica em Portugal de responder às questões sobre as Falkland a nível político, é indiciador da posição do RU sobre o assunto.

Desta forma, observamos que as ilhas desempenham um papel importante ao nível da geopolítica, atendendo aos modelos de dinâmicas de poder desenvolvidos pelas partes em confronto. No entanto, embora possamos considerar como um conflito internacional, uma vez que opõe dois atores do SPI com objetivos incompatíveis, estamos perante um nível de hostilidade reduzido, não se prevendo uma escalada do mesmo, pelo que, atendendo ao Modelo de Desenvolvimento de uma Crise Internacional estamos no patamar do «comportamento de conflito moderado», não se identificando, no imediato, que alguma das partes, nomeadamente a Argentina<sup>39</sup>, esteja a desenvolver ações que sejam intoleráveis para o RU, ou seja, o Catalisador Geral, mas tal não significa que a situação não se altere de um momento para o outro, como já aconteceu em 1982.

---

<sup>39</sup> É a Argentina que pretende alterar a situação, uma vez que o RU tem a soberania das Falkland e assim quer que continue.

### **Limitações da Investigação**

Surgiram limitações na fase inicial relacionadas com a amostragem da investigação, pois mesmo considerando a representatividade composta pelos adidos de defesa militar britânico e argentino em Portugal, bem como representantes políticos das embaixadas dos mesmos em Portugal, não foi possível obter esta amostragem, devido ao facto de a embaixada argentina não ter adido de defesa militar em Portugal e o representante político da embaixada britânica não ter disponibilidade para a realização da entrevista. Por outro lado, e atendendo à forma como as embaixadas lidaram com a situação, demonstra a vontade argentina de expor publicamente o diferendo, ao contrário do que acontece com os britânicos, que não mostram muito interesse em falar no assunto.

### **Proposta de Investigações Futuras**

Através das conclusões apresentadas na presente investigação, apercebemo-nos que a questão de fundo continua ainda numa situação de instabilidade, revelando que é necessário continuar a acompanhar os acontecimentos em torno das ilhas e as alterações das dinâmicas de poder. Deste modo, e após o término da investigação, surge como proposta passível de investigação, identificar as potencialidades e vulnerabilidades da região - Atlântico Sul - assim como determinar a influência dos países que tem interesses na região, tendo em vista a manutenção da paz e o desenvolvimento mundial.

## Bibliografia

- Academia Militar (2013). *Trabalho de Investigação Aplicada e outros trabalhos de investigação* (2ª ed.). Lisboa: Academia Militar.
- Aguero, J. (2014). O conflito das Malvinas/Falkland – Aplicabilidade do modelo de desenvolvimento de uma crise internacional, entrevista realizada, por J. Carujo, em 18 de março, Lisboa: Embaixada Argentina.
- Anderson, D. (2002). *Essential Histories: The Falklands War 1982*. Oxford: Osprey Publishing.
- Arnaiz, J. M. (1984). *Revision del Problema de las Islas Malvinas (Informe de un Comité de Consejeros Privados) (Segunda parte y final)* (173 ed.). Madrid: Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional.
- Assembleia da República (2008). Tratado de Lisboa: Versão Consolidada. *Tratado de Lisboa de 2007*. Lisboa: Assembleia da República. Obtido em 25 de Junho de 2014, de [http://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado\\_Versao\\_Consolidada.pdf](http://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf)
- Barreto, A. (2010). *Da Estratégia*. Parede: Princípiã.
- Batista, A. F. (2000). *Guia do Mundo 2000/2001*. Lisboa: Trinova.
- Beck, A. C. (2013). *Malvinas, Uma Disputa Bicentenária: razões que levam à perpetuação do conflito*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Obtido em 06 de maio de 2014, de <http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-da-Ana-Carolina.pdf>
- BENTO, V. (2004). *Os Estados Nacionais e a Economia Global*. Coimbra: Almedina.
- Borges, J. J. (2008). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: Academia Militar.
- Carriço, A., & Silva, H. S. (2008). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Academia Militar.
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico: «Saber-Fazer» da investigação para dissertações e teses* (2ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, V. (1991). *O Golfo e o Futuro: Consequências da Crise do Golfo para a nova ordem Internacional*. Lisboa: Difel.
- Casa Rosada (2014). *La Presidenta/Biografía: Casa Rosada*. Obtido em 30 de junho de 2014, de Casa Rosada: <http://www.casarosada.gov.ar/la-presidenta/biografia>

- Castro, T. (1999). *Cone Sul*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.
- Central Intelligence Agency (2014a). *The World Factbook/Europe:United Kingdom*. Obtido em 14 de março de 2014, de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uk.html>
- Central Intelligence Agency (2014b). *The World Factbook/South America: Falkland Islands (Islas Malvinas)*. Obtido em 14 de março de 2014, de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/fk.html>
- Ciccone, C. S. (2013). Malvinas: "Doce de Leite Estilo Colonial". Em F. Jakubowicz (Ed.), *Malvinas na Universidade. Concurso de Ensaio 2012* (pp. 95-116). Buenos Aires: Ministério da Educação da Nação.
- Cohen, S. B. (2009). *Geopolitics: The Geography of International Relations* (2ª ed.). Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Commonwealth Parliamentary Association (2013). *43rd British Islands and Mediterranean Regional Conference. Falkland Islands*. Obtido em 27 de junho de 2014, de [http://www.scottish.parliament.uk/POandUKandIRO/2013.05.28\\_Paper\\_3.pdf](http://www.scottish.parliament.uk/POandUKandIRO/2013.05.28_Paper_3.pdf)
- Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (2013). *Comunicado Especial Sobre las Islas Malvinas*. Obtido em 30 de Junho de 2014, de CELAC: [http://celac.cubaminrex.cu/sites/default/files/ficheros/comunicado\\_especial\\_islas\\_malvinas.pdf](http://celac.cubaminrex.cu/sites/default/files/ficheros/comunicado_especial_islas_malvinas.pdf)
- Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (2014). *Declaración Especial Sobre la Cuestión de las Islas Malvinas*. Obtido em 30 de junho de 2014, de CELAC: [http://celac.cubaminrex.cu/sites/default/files/ficheros/doc\\_3\\_11declaracion\\_esp\\_islas\\_malvinas\\_espanol.pdf](http://celac.cubaminrex.cu/sites/default/files/ficheros/doc_3_11declaracion_esp_islas_malvinas_espanol.pdf)
- Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (s.d.). *Objetivos*. Obtido em 26 de junho de 2014, de CELAC: [http://www.celac.gob.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15&Itemid=10&lang=pt](http://www.celac.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=10&lang=pt)
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia* (Vol. I). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Dias, C. M. (2010a). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M. (2010b). *Sobre a Guerra: Política, Estratégia e Tática*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M. (2012). *Geopolítica: Velhas mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Mare Liberum.

- Dias, C. M. (2014). Considerações sobre a Geopolítica e o Mar. Em C. M. Dias (Coord.), *Geopolítica e o Mar* (pp. 7 - 56). Lisboa: MGI Portugal.
- Dobson, C., Miller, J., & Payne, R. (1982). *Malvinas contra Falkland*. Lisboa: Europress.
- Duarte, A. P. (2005). A Visão da "Guerra Total" no Pensamento Militar. Em J. M. Almeida, *Nação e Defesa* (pp. 33 - 50). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Exército Português (2005). *Regulamento de Campanha Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Falkland Islands Government (2012a). *Our People*. Obtido em 15 de maio de 2014, de Falkland Islands Government: <http://www.falklands.gov.fk/our-people/>
- Falkland Islands Government (2012b). *Self Sufficiency*. Obtido em 15 de maio de 2014, de Falkland Islands Government: <http://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/commercial-sectors/oil/>
- Fino, L. O., & Pezzano, L. (2013). Malvinas e a Livre Determinação dos Povos. Em F. Jakubowicz (Ed.), *Malvinas na Universidade. Concurso de Ensaio 2012* (pp. 15-38). Buenos Aires: Ministério da Educação da Nação.
- Fortin, M.-F. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Gómez, F. M. (2013). *Malvinas na Universidade: Concurso de Ensaio 2012*. Buenos Aires: Subsecretaria de Gestão e Coordenação de Políticas Universitárias.
- Guedes, A. M. (2011). *A evolução da situação securitária no Atlântico Sul e seus arredores*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- International Institute for Strategic Studies (2014). *The Military Balance 2014*. Obtido em 05 de março de 2014, de <http://dx.doi.org/10.1080/04597222.2014.871877>
- Jornal de Notícias (2013a). *Mundo: Futuro das Malvinas passa pelo petróleo*. Obtido em 27 de fevereiro de 2014, de Jornal de Notícias: [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content\\_id=3106473](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=3106473)
- Jornal de Notícias (2013b). *Mundo: Reino Unido recusa-se a discutir Malvinas com Argentina*. Obtido em 27 de fevereiro de 2014, de Jornal de Notícias: [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/interior.aspx?content\\_id=3360614&page=-1](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/interior.aspx?content_id=3360614&page=-1)
- Llorens, M. P., & Pintore, E. J. (2013). As Malvinas e a sua Projeção Continental. Em F. Jakubowicz (Ed.), *Malvinas na Universidade. Concurso de Ensaio 2012* (pp. 177 - 192). Buenos Aires: Ministério da Educação da Nação.



- Lowther, J. (s.d.). O conflito das Malvinas/Falkland – Aplicabilidade do modelo de desenvolvimento de uma crise internacional. entrevista realizada, por J. Carujo, em 30 de abril Lisboa: Embaixada Britânica.
- Mercado Comum do Sul (2012). *Declarações e Decisões Presidenciais*. Obtido em 27 de junho de 2014, de Mercosul: [http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4677/1/declaracion\\_islas\\_malvinas-pt\\_final.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4677/1/declaracion_islas_malvinas-pt_final.pdf)
- Mercado Comum do Sul (2013). *XLV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum*. Obtido em 26 de junho de 2014, de MERCOSUL: [http://www.mercosur.int/t\\_ligaenmarco.jsp?contentid=5694&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?contentid=5694&site=1&channel=secretaria)
- Mercado Comum do Sul (s.d.). *Início*. Obtido em 27 de junho de 2014, de MERCOSUL: [#">http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid=5908&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=5908&site=1&channel=secretaria)
- Middlebrook, M. (1985). *Operation Corporate: The Falklands War, 1982*. London: Viking.
- Moreira, A. (2000). *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Moreira, A., & Cardoso, P. (1995). *Estratégia* (Vol. VII). Lisboa: Instituto de Relações Internacionais.
- Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- Presidencia de la Nación (2011). *País/Acerca de la Argentina*. Obtido em 30 de junho de 2014, de Argentina.gov.ar: <http://www.argentina.gob.ar/pais/57-geografia-y-clima.php>
- QuidNovi (2003). *Grandes Batalhas Da História Universal: Malvinas 1982*. Matosinhos: QuidNovi.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigue, J.-P. (2013). *The 'humble hero' of the global economy: containers*. Aljazeera America. Obtido em 24 de junho de 2014, de <http://america.aljazeera.com/opinions/2013/12/the-humble-hero-oftheglobaleconomycontainers.html>
- Rodrigues, A. R. (2013). *O Poder Naval na bacia do Atlântico. Atualidade e futuro*. Obtido em 10 de março de 2014, de Jornal de Defesa e Relações Internacionais: [http://database.jornaldefesa.pt/forcas\\_armadas/marinhas/JDRI%20030%20200213%20poder%20naval%20no%20atlantico.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/forcas_armadas/marinhas/JDRI%20030%20200213%20poder%20naval%20no%20atlantico.pdf)

- Santayana, G. (2005). *The Life of Reason: The hases of Humam Progress*. Obtido em 26 de maio de 2014, de [http://www.gutenberg.org/files/15000/15000-h/vol1.html#CHAPTER\\_III\\_THE\\_DISCOVERY\\_OF\\_NATURAL\\_OBJECTS](http://www.gutenberg.org/files/15000/15000-h/vol1.html#CHAPTER_III_THE_DISCOVERY_OF_NATURAL_OBJECTS)
- Santos, J. A. (1983). *Incursões no Domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Caloustre Gulbenkian.
- Santos, J. A. (2008). *Ameaça Global - O Império em Cheque*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Sequeira, J. M. (2013). *A Individualidade de Portugal e as Comunicações de Transporte no Espaço Ibérico: Uma Abordagem Geopolítica*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Sequeira, J. M. (2014). Geopolítica do Atlântico Sul. Em C. M. Dias (coord.), *Geopolítica e o Mar* (pp. 93-132). Lisboa: MGI (Portugal).
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. lisboa: Lidel.
- Telo, A. J., & Pires, N. L. (2013). *Conflitos e Arte Militar - na Idade da Informação (1973-2013)*. Cascais: Princípia.
- Terezinha, d. C. (1984). *Revista de Assuntos Militares E Estudo de Problemas Brasileiros*. Rio de Janeiro: A Defesa Nacional.
- The Historic Dockyard Chatham (2007). *Falklands 25 - The Endurance Story*. Obtido em 03 de março de 2014, de The Historic Dockyard Chatham: [http://www.thedockyard.co.uk/Falklands\\_25\\_\\_July\\_2007/Falklands\\_25\\_\\_The\\_Endurance\\_Story/Falklands\\_25\\_\\_The\\_Endurance\\_Story.html](http://www.thedockyard.co.uk/Falklands_25__July_2007/Falklands_25__The_Endurance_Story/Falklands_25__The_Endurance_Story.html)
- Timerman, H. (2014). *Una Lucha Pacífica*. Obtido em 17 de junho de 2014, de Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto: <https://www.mrecic.gov.ar/una-lucha-pacifica>
- União de Nações Sul-Americanas (s.d.). *Organização/Historia*. Obtido em 27 de junho de 2014, de UNASUR: <http://www.unasursg.org/inicio/organizacion/historia>
- União Europeia (s.d.). *Como funciona a UE*. Obtido em 07 de julho de 2014, de europa.eu: [http://europa.eu/about-eu/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/index_pt.htm)
- Unión de Naciones Suramericanas (2012). *Documentos*. Obtido em 25 de junho de 2014, de UNASUR: <http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/5ab567fc-849c-41b1-9825-453c1f23c56e/UNASUR-CO-MRE-DEC-12-0007.pdf>
- Unión de Naciones Suramericanas (2013). *Documentos*. Obtido em 25 de junho de 2014, de UNASUR: <http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/25d8a83a-246a-4abf-aa05-db848c2b7f47/UNASUR-CO-JEG-DEC-13-0003.pdf>

- United Nations (1945). *Charter of the United Nations*. Obtido em 24 de março de 2014, de United Nations: <http://www.un.org/en/documents/charter/>
- United Nations (2014). *The United Nations and Decolonization*. Obtido em 24 de junho de 2014, de United Nations: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/AC.109/2014/1.7&referer=/english/&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/AC.109/2014/1.7&referer=/english/&Lang=E)
- United Nations (s.d.). *About*. Obtido em 20 de março de 2014, de United Nations Security Council: <http://www.un.org/en/sc/about/>
- United Nations Population Fund (2013). *Maternidade precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência*. (R. Kollodge, Ed.) United Nations Population Fund. Obtido em 10 de junho de 2014, de [http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2014/UNFPA%20AR%202013\\_LR\\_FINAL.pdf](http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2014/UNFPA%20AR%202013_LR_FINAL.pdf)
- United States Africa Command (s.d.). *The Command*. Obtido em 27 de junho de 2014, de United States Africa Command: <http://www.africom.mil/about-the-command>
- United States Army (2008). *FM 3-0 Operations*. Washington: Headquarters Department of the Army.
- Viegas, P. (2013). *Globo: Cameron pede respeito por resultado nas Falkland*. Obtido em 27 de fevereiro de 2013, de Diário de Notícias: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=3102240&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3102240&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas&page=-1)
- Vieira, F. B. (2006). O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista. Em M. C. Cacciamali, & M. B. Braga (Edits.), *Brazilian Journal of Latin American Studies* (pp. 48,82). São Paulo: Universidade de São Paulo. Obtido de [http://www.usp.br/prolam/downloads/2006\\_2\\_2.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_2.pdf)

## Glossário

**ATOR INTERNACIONAL:** definido como o “conjunto de Estados, Organizações Internacionais supranacionais ou interestatais, pessoas coletivas não estaduais ou mesmo pessoas singulares, desde que influenciem o Sistema Internacional” (Moreira, 2000, p. 23).

**COMUNIDADE INTERNACIONAL:** definida como um “grupo social ao qual se pertence sem escolha, identificado em termos de vida comum, interesse comum, cooperação e interação entre os seus membros na busca da realização desse interesse e com sentido comum de pertença entre os membros do grupo. Prevê a existência da interação de agentes que o fazem em nome de um Estado, ou outra entidade, que se insere num todo social, desta feita apenas pelo facto deste/a existir” (Moreira, 2000, p. 24).

**ESTRATÉGIA:** definida como “a ciência/arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objectivos por si estabelecidos, que suscitem ou podem suscitar hostilidade de uma outra vontade/estrutura organizacional” (Dias, 2012, p. 278).

**ORDEM INTERNACIONAL:** “padrão de comportamentos de relação intergrupar, passível de verificação regular ou sistemática, enquadrado por um conjunto de normas e regras integradoras, tácita ou expressamente assumidas como referência moduladora do relacionamento, ao qual conferem durabilidade e coerência” (Bento, 2004, p. 27)

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL:** definida como “associação de Estados, constituída por tratado, dotada de constituição e de órgãos comuns, e possuindo uma personalidade jurídica distinta da dos Estado” (Carriço & Silva, 2008, p. 33).

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS:** definidas como “uma reflexão sistemática que pretende explicar e relacionar fenómenos associados ao papel e acção de todos os sujeitos do Sistema Internacional, sejam eles Estados, Indivíduos, Organizações Internacionais, Transnacionais, ou outros, bem como a relação que se estabelece entre eles” (Carriço & Silva, 2008, p. 2).

**SEGURANÇA:** defenida como o aprefundar do *“carácter multidisciplinar e Global, mas evidencia uma fronteira mais difusa entre as suas vertentes interna e externa e obriga a uma nova relação entre as forças armadas, forças de segurança (policiais) e outros sectores do Estado, com a informação estratégica a desempenhar um papel determinante”* (Exército Português, 2005, p. 1\_2)

**SEGURANÇA INTERNACIONAL:** *“caracterizado por ameaças e riscos difusos, multi-facetados e multi-direccionais, apresenta como tendências principais a globalização, a proliferação de manifestações regionais associadas a alastramento de nacionalismos, radicalismos e, a crescente vulnerabilidade dos Estados”* (Exército Português, 2005, p. 2\_1).

**SEGURANÇA GLOBAL:** definida como *“o somatório dos contributos para a segurança dos cidadãos, das instituições e do estado, dos diversos subsistemas de segurança, como sejam a segurança interna, a segurança militar, a segurança económica e financeira, a segurança ambiental e ecológica, a segurança alimentar, a segurança das vias de comunicação (...), sendo formulado para cada vertente um conceito estratégico de segurança com a definição dos contributos e formas de intervenção de cada subsistema na Segurança Nacional”* (Santos, 2008, p. 83)

**SISTEMA INTERNACIONAL:** definido como *“instrumento de organização de informação, de integração de variáveis, de aplicação de saberes de outras disciplinas, de relacionamento de conceitos, de abordagem teórica abrangente, de extração de conclusões causais sobre os acontecimentos que vão pautando a política internacional”* (Dias, 2012, p. 13)

**SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL:** podemos dizer que *“é o padrão de relacionamentos entre estados”* este é menos centralizado e menos tangível (Nye, 2002, p. 38).

**SOCIEDADE INTERNACIONAL:** definida como a *“entrada voluntária no sistema ou grupo, sendo o objectivo mais ou menos limitado em termos temporais (exemplo de sociedades culturais e económicas). A Sociedade pode transformar-se em comunidade”* (Moreira, 2000, p. 24).

## **Apêndices**

### **Apêndice A - Guião de Entrevista para o Embaixador Argentino em Portugal**



#### **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria**

#### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**Autor:** Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria José Carlos Vieira Carujo

**Orientador:** Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Jorge Manuel Dias Sequeira

**Lisboa, julho de 2014**

## GUIAÃO DE ENTREVISTA

Esta entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar.

**Entrevistador:** Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria José Carlos Vieira Carujo

**Tema:** O conflito das Malvinas/Falkland – Aplicabilidade do modelo de desenvolvimento de uma crise internacional.

**Objetivos:**

- Caracterizar e analisar o atual diferendo entre a Argentina e o Reino Unido;
- Identificar a relevância do Atlântico Sul para o desfecho do diferendo;
- Entender a importância e a dinâmica de poder em torno das ilhas.

**Caracterização do Entrevistado**

Nome do entrevistado \_\_\_\_\_

Unidade/Local: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Cargo/Função/Posto: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Hora de Inicio: \_\_\_\_\_ Hora de Fim: \_\_\_\_\_

**Módulos Temáticos**

<b>Módulos A:</b>	<b>Módulos B:</b>	<b>Módulos C:</b>	<b>Módulos D:</b>
Apresentação	Importância das ilhas	Atual diferendo	Perspetivas futuras

**Sequência:**

- Apresentação do entrevistador;
- Explicar os objetivos gerais da entrevista;
- Legitimar a entrevista. (Perguntar se a entrevista pode ser gravada)

Módulos	Formulário de Perguntas
<b>A</b>	Qual o seu nome completo?
	Qual o departamento a que pertence?
	Quais as funções que desempenha atualmente?
<b>B</b>	1. Na sua perspetiva, qual a importância das ilhas Malvinas para a Argentina?
	2. Considera que as ilhas são importantes para o controlo das rotas marítimas na região (Atlântico Sul)?
	3. Que vantagens económicas podem advir para a Argentina se conseguir obter a soberania das ilhas Malvinas?
<b>C</b>	4. Na sua perspetiva, quais os principais entraves para a Argentina e o Reino Unido não conseguirem chegar a um entendimento, sobre a soberania das ilhas Malvinas?
	5. Na sua perspetiva, a descoberta de recursos energéticos dificulta as negociações entre a Argentina e o Reino Unido? De que forma?
	6. Na sua opinião, quais são os fundamentos (jurídicos, históricos ou outros) para a Argentina reclamar a soberania das ilhas?
<b>D</b>	7. Considera possível ou previsível um entendimento entre a Argentina e o Reino Unido, sem intervenção da Comunidade Internacional?
	8. Na sua perspetiva, o facto do Reino Unido ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá dificultar a resolução do diferendo?
	9. Considera que outras Organizações Internacionais (MERCOSUL, UNASUL ou outra) possam desempenhar um papel preponderante para a resolução do diferendo?
10. Deseja acrescentar alguma coisa ao anteriormente mencionado?	



## **Apêndice B - Guião de Entrevista para o Adido de Defesa britânico em Portugal**



### **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria**

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**Autor:** Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria José Carlos Vieira Carujo

**Orientador:** Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Jorge Manuel Dias Sequeira

**Lisboa, julho de 2014**

## GUIÃO DE ENTREVISTA

Esta entrevista está associada ao Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à atribuição do grau de Mestre, do curso de Ciências de Militares na especialidade de Infantaria, ministrado pela Academia Militar.

**Entrevistador:** Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria José Carlos Vieira Carujo

**Tema:** O conflito das Falkland/Malvinas – Aplicabilidade do modelo de desenvolvimento de uma crise internacional.

**Objetivos:**

- Caracterizar e analisar o atual diferendo entre a Argentina e o Reino Unido;
- Identificar a relevância do Atlântico Sul para o desfecho do diferendo;
- Entender a importância e a dinâmica de poder em torno das ilhas.

**Caracterização do Entrevistado**

Nome do entrevistado \_\_\_\_\_

Unidade/Local: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Cargo/Função/Posto: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Hora de Inicio: \_\_\_\_\_ Hora de Fim: \_\_\_\_\_

**Módulos Temáticos**

<b>Módulos A:</b>	<b>Módulos B:</b>	<b>Módulos C:</b>	<b>Módulos D:</b>
Apresentação	Importância das ilhas	Atual diferendo	Perspetivas futuras

**Sequência:**

- Apresentação do entrevistador;
- Explicar os objetivos gerais da entrevista;
- Legitimar a entrevista. (Perguntar se a entrevista pode ser gravada)

Módulos	Formulário de Perguntas
<b>A</b>	Qual o seu nome completo?
	Qual o departamento a que pertence?
	Quais as funções que desempenha atualmente?
<b>B</b>	1. Na sua perspetiva, qual a importância das ilhas Falkland para o Reino Unido?
	2. Considera que as ilhas são importantes para o controlo das rotas marítimas na região (Atlântico Sul)? (dependente da pergunta 1)
	3. Que vantagens económicas podem advir para ao Reino Unido se manter a soberania das ilhas? (dependente da pergunta 1)
<b>C</b>	4. Na sua perspetiva, quais os principais entraves para o Reino Unido e a Argentina conseguirem chegar a um entendimento, sobre a soberania das Ilhas?
	5. Na sua perspetiva, a descoberta de recursos energéticos dificulta as negociações entre o Reino Unido e a Argentina? De que forma?
	6. Na sua opinião, quais são os fundamentos (jurídicos, históricos ou outros) para o Reino Unido reclamar a soberania das ilhas?
<b>D</b>	7. Considera possível ou previsível um entendimento entre o Reino Unido e a Argentina, sem intervenção da Comunidade Internacional?
	8. Na sua perspetiva, o facto do Reino Unido ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá influenciar a resolução do diferendo?
	9. Considera que outras Organizações Internacionais (MERCOSUL, UNASUL ou outra) possam desempenhar um papel preponderante para a resolução do diferendo?
10. Deseja acrescentar alguma coisa ao anteriormente mencionado?	

**Apêndice C - Entrevista ao Embaixador da Argentina<sup>40</sup>****Qual o seu nome completo?**

Jorge Agüero

**Qual o departamento a que pertence?**

Atualmente sou embaixador da República Argentina perante a República Portuguesa. Antes, fui embaixador da Argentina perante a Casa Branca nos Estados Unidos e antes de ser embaixador argentino nos Estados Unidos fui embaixador da Argentina perante a ONU, a Organização das Nações Unidas.

**Quais as funções que desempenha atualmente?**

Sou embaixador da República Argentina perante a República Portuguesa.

**1. Na sua perspetiva, qual a importância das ilhas Malvinas para a Argentina?**

A questão das Malvinas tem uma importância estratégica para a Argentina, pelos seguintes motivos: são parte do nosso território; são parte do território Nacional que foi usurpado através de um desembarque militar nas ilhas. A população argentina que vivia nas ilhas foi desalojada pela força, o mesmo se passou com as autoridades civis que eram representação argentina e tinham sido projetadas para as ilhas Malvinas. Isto ocorreu no primeiro dia de janeiro de 1833, quando uma fragata militar denominada Clio fez o desembarque nas ilhas e pela força desalojou a população e as autoridades argentinas. Desde esse mesmo dia a Argentina reclama a restituição daquilo que lhe foi usurpado.

**2. Considera que as ilhas são importantes para o controlo das rotas marítimas na região (Atlântico Sul)?**

A importância das ilhas tem vindo a mudar com a evolução dos tempos, mas eu imagino que para o Reino Unido estas também têm valor estratégico porque: existe o Atlântico Sul; o Reino Unido tem uma base militar importantíssima nas águas do Atlântico Sul, precisamente nas ilhas Malvinas; além do mais o Reino Unido, que é um país do Atlântico Norte, deseja há décadas reclamar soberania sobre o continente Antártico.

---

<sup>40</sup> A tradução da transcrição é da nossa responsabilidade.

Eu diria que é absurdo! Se é um país do Atlântico Norte como pode estar a reclamar uma porção territorial da Antártida? É precisamente pela ocupação ilegal e ilegítima que tem sobre as ilhas do Atlântico Sul, as ilhas Malvinas. Há uma série de fatores relacionados com a importância estratégica que as ilhas têm para o Reino Unido: presença militar nas águas do Atlântico Sul; projeção Antártica do Reino Unido para o continente Antártico; a eventual presença de hidrocarbonetos nas águas do Atlântico Sul; a exploração da pesca no Atlântico Sul; a exploração de minerais no leito marítimo do Atlântico sul.

### **3. Que vantagens económicas podem advir para a Argentina se conseguir obter a soberania das ilhas Malvinas?**

Para nós não é uma questão de vantagens económicas: é a questão de devolver ao território nacional aquilo que lhe foi usurpado.

### **4. Na sua perspetiva, quais os principais entraves para a Argentina e o Reino Unido não conseguirem chegar a um entendimento, sobre a soberania das ilhas Malvinas?**

Na Argentina temos a seguinte expressão que é assim: “já só faltam dois para bailar o tango”. Nós estamos a reclamar, há décadas, pedindo a abertura de um diálogo bilateral entre a coroa britânica e o governo argentino. Desde essas mesmas décadas que o Reino Unido se nega sentar a uma mesa de diálogo e de negociações com a Argentina. E é mais grave todavia, se contemplarmos, que não só Argentina está a pedir um diálogo bilateral. A Organização das Nações Unidas todos os anos produz uma resolução, desde 1965, instando o Reino Unido e a Argentina para que se sentem a uma mesa de negociações diplomáticas e bilaterais, para discutir a soberania das ilhas Malvinas. Se essa mesa de diálogo e negociações bilaterais não foi inaugurada, é exclusivamente pela resistência britânica em cumprir com o pedido da Argentina e com o pedido da Comunidade Internacional.

### **5. Na sua perspetiva, a descoberta de recursos energéticos dificulta as negociações entre a Argentina e o Reino Unido? De que forma?**

Poderia ser um elemento a favor de uma mesa de diálogo e de negociações, mas os britânicos converteram-no num elemento irritativo. Sim, é um problema porquê? Porque decidiram contrariar outra resolução da Organização Nações Unidas, resolução essa que diz que as partes absterem-se de tomar decisões de natureza económica nas ilhas, enquanto não se resolver a questão de fundo, que é, a questão da soberania. O Reino Unido tomou a decisão

unilateral e ilegal de avançar com a exploração de recursos petrolíferos, de minerais e de pesca que estão nas águas que correspondem às ilhas Malvinas, que são águas argentinas.

**6. Na sua opinião, quais são os fundamentos (jurídicos, históricos ou outros) para a Argentina reclamar a soberania das ilhas?**

Há um princípio a ter em conta: é que o meu país afirmou-se a partir do Império espanhol. Quando nós conseguimos a independência de Espanha, herdámos os territórios que correspondiam à coroa espanhola. Ora as ilhas Malvinas correspondiam à coroa espanhola. Isto explica porque é que os primeiros seis governadores das ilhas Malvinas foram designados por Buenos Aires, aquando dos primeiros passos, nos primeiros dias da nossa República, da nossa vida independente. Se a Argentina é continuadora da coroa espanhola no que se refere aos territórios que pertenciam à coroa espanhola, temos aí um claro e indubitável elemento: pertenciam à Argentina porque antes pertenciam à coroa espanhola. Há outros elementos de natureza geográfica: as ilhas Malvinas estão dentro da plataforma continental da Argentina, é outro argumento que a Argentina tem, defende e explica em todos os fóruns internacionais. A única razão pela qual as ilhas Malvinas não pertencem à Argentina é por obra da força militar britânica que em 1833, Séc. XIX, ocupou militarmente as ilhas e, desde então, se negam a restituí-las. A Argentina tem uma só estratégia para levar adiante, que é a estratégia diplomática. Nós vamos reclamar em todos os fóruns internacionais a constituição deste passo bilateral de negociações da soberania das ilhas.

**7. Considera possível ou previsível um entendimento entre a Argentina e o Reino Unido, sem intervenção da Comunidade Internacional?**

Sim, nós escolhemos, imaginar como possível qualquer cenário de negociações sempre que preveja uma negociação entre Londres e Buenos Aires sobre a soberania das ilhas. Mas insisto, já só faltam dois voluntários para que haja uma mesa de negociações.

**8. Na sua perspetiva, o facto do Reino Unido ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá dificultar a resolução do diferendo?**

Sim, creio que sim. Não é o mesmo se um dos dois países é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o outro não. Inevitavelmente, isto melhora a posição do Reino Unido em termos de poder. Mas também é muito mais flagrante, muito mais evidente a violação aos direitos internacionais por parte dos britânicos. A Organização

através da Assembleia Geral, que é o órgão mais importante das Nações Unidas, é o mais democrático, onde estão representados os 193 países da terra. Todos os anos toma uma decisão e todos os anos o Reino Unido disse não à resolução da decisão da Organização, tendo em conta que o Reino Unido tem um privilégio que lhe foi outorgado como resultado da 2ª Guerra Mundial, isto é, todavia, é mais grave o incumprimento britânico sobre a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, tem mais responsabilidade e devia estar muito mais disposto a acatar a voz da Comunidade Internacional. E insisto: é uma decisão através de votação na Assembleia Geral todos os anos.

**9. Considera que outras Organizações Internacionais (MERCOSUL, UNASUL ou outra) possam desempenhar um papel preponderante para a resolução do diferendo?**

Sim, há que ter em conta que o MERCOSUL, a UNASUL, a CELAC, o Pacto Andino e todas as Organizações Regionais da América Latina se prenunciam em todas as cimeiras, a pedir o mesmo que pedem as Nações Unidas: que se constitua uma mesa de negociações bilateral entre Londres e Buenos Aires para discutir a soberania das ilhas Malvinas. Não há resultado, o Reino Unido tem poder suficiente para ignorar o que se chama Organizações Internacionais. Todavia...

**10. Deseja acrescentar alguma coisa ao anteriormente mencionado?**

Não, está tudo.

**Apêndice D - Entrevista ao Adido de Defesa Britânico<sup>41</sup>**

**Figura 6 - Comandante Jim Lowther, Marinha Real Britânica**

Jim Lowther nasceu e foi educado em Bristol e posteriormente estudou Economia na University College of Swansea. Depois de uma breve carreira como corretor de mercadorias entrou para a Marinha Real Britânica em 1989.

Jim Lowther passou toda a sua carreira no mar como oficial subalterno, período esse que incluiu as missões operacionais no estrangeiro, nomeadamente no Atlântico Sul, no Médio e Extremo Oriente, bem como o cargo de Diretor de embarque dos navios Patrulha Cygnet e ARUN da Irlanda do Norte durante a preparação para o cessar-fogo do Irish Republican Army (IRA)<sup>42</sup> em 1994. Oficial principal de assuntos de guerra, especializou-se em navegação, passando dois anos na equipa de Flag Officer Sea Training com a responsabilidade de treinar todos os aspetos relativos à navegação às tripulações de navios integrados na OTAN e de outras marinhas europeias. Também navegou no que era então o maior navio de guerra da Marinha Real - HMS OCEAN. A sua carreira marítima culminou no comando do navio de patrulha de mar HMS Tyne, principalmente envolvido na proteção da pesca; e na fragata Type 23 HMS MONTROSE. Lamentavelmente, a última nomeação foi interrompida quando foi clinicamente desclassificado para prestar serviço no mar.

---

<sup>41</sup> A tradução da transcrição é da nossa responsabilidade.

<sup>42</sup> Exército Republicano Irlandês.



Começou o seu cargo atual no âmbito da NATO e da Direção Política europeia do Ministério da Defesa, em setembro de 2013. Este papel inclui ser Adido de Defesa não residente em Portugal e Cabo Verde.

A nível de colocações, já foi o Oficial de Operações e Pessoal no Maritime Component Commander do Reino Unido no Bahrain, PJHQ J5 e trabalhou ainda nos Apoios e Equipamentos de Defesa, como SO1 Ops. Possui o curso de Estado-Maior e mais recentemente passou 18 meses como um dos Diretores desse Curso.

Jim vive em Dartmoor com sua esposa e três filhas. Os seus interesses estão firmemente relacionados com a sua família, mas ele também gosta de muitas atividades ao ar livre, principalmente natação e ciclismo de estrada, e é um devoto estudioso da história marítima.

**Qual o seu nome completo?**

Comandante Jim Lowther.

**Qual o departamento a que pertence?**

Ministério da Defesa britânico.

**Quais as funções que desempenha atualmente?**

Adido de Defesa Britânico em Portugal, não residente.

**1. Na sua perspetiva, qual a importância das ilhas Falkland para o Reino Unido?**

As Ilhas Falkland são um território ultramarino do Reino Unido e o Governo britânico tem o dever de salvaguardar a sua soberania e o direito dos habitantes das ilhas à autodeterminação. O Reino Unido tem administrado as Ilhas Falkland pacificamente e de forma eficaz ao longo de mais de 180 anos. Mas a nossa relação com as Ilhas é, hoje, uma relação moderna, baseada no respeito mútuo e na parceria. Estas ilhas são um território ultramarino com um governo democrático e independente e são economicamente autossuficiente.

**2. Considera que as ilhas são importantes para o controlo das rotas marítimas na região (Atlântico Sul)?**

O Ministério da Defesa britânico continua responsável pela defesa externa, pela segurança das ilhas Falkland e pela sua área marítima circundante. A missão das nossas forças militares no Atlântico Sul é demonstrar o compromisso contínuo do Governo para a segurança dos territórios ultramarinos no Atlântico Sul e para dissuadir qualquer agressão militar, para que o Reino Unido possa manter a soberania sobre esses territórios. O ponto-chave é o fato de estarmos empenhados em defender o direito dos habitantes das Ilhas Falkland à autodeterminação e salvaguardar o seu modo de vida. Embora não haja nenhuma evidência atual de qualquer ameaça militar credível contra a segurança das Ilhas Falkland, existem planos para um rápido reforço de forças em terra, mar e ar, dentro e ao redor das ilhas, no caso de tal ameaça aparecer.

**3. Que vantagens económicas podem advir para ao Reino Unido se mantiver a soberania das ilhas?**

A principal preocupação do Reino Unido é para proteger o povo das ilhas Falkland e os seus meios de subsistência. É provável que a concorrência internacional por recursos aumente num futuro próximo. A mudança climática também é suscetível de aumentar a frequência de desastres climáticos graves e, potencialmente, aumentar a necessidade de uma resposta militar. Vamos ter que trabalhar mais e em diferentes formas de avançar e proteger os interesses nacionais britânicos em todo o mundo. Mas quaisquer que sejam as mudanças que ocorram, as nossas responsabilidades estratégicas e o nosso compromisso com o povo e a soberania de nossos territórios ultramarinos irão continuar.

**4. Na sua perspetiva, quais os principais entraves para o Reino Unido e a Argentina conseguirem chegar a um entendimento, sobre a soberania das ilhas?**

Continuamos desapontados, pois após três décadas da invasão injustificada e de um ato ilegal de agressão contra as Ilhas Falkland, a Argentina continuou a sua política de hostilidade para com o povo das Falkland com tentativas para estrangular o sustento económico e com a recusa em cooperar com as Falkland numa série de questões que visavam o bem comum da região. Qualquer tentativa de coagir os habitantes, através de pressões económicas ou outras, obterão resistência por parte do governo britânico, uma vez que tais ações são inconsistentes com os princípios da Carta das Nações Unidas e com os direitos do povo das Ilhas Falkland de negociar abertamente. É importante ressaltar que não haverá

negociações com a Argentina sobre a soberania das Ilhas Falkland a menos que a população das ilhas assim o deseje.

Mas nós queremos ter uma relação plena e amigável com a Argentina, como vizinhos no Atlântico Sul e como consócios responsáveis do G20; e manter a cooperação em questões práticas (por exemplo: a pesca, o acesso aéreo, remoção de minas, petróleo e gás). Acreditamos que estes aspetos são do interesse mútuo das Ilhas Falkland e da Argentina.

**5. Na sua perspectiva, a descoberta de recursos energéticos dificulta as negociações entre o Reino Unido e a Argentina? De que forma?**

O Governo britânico apoia plenamente o direito dos habitantes das ilhas Falkland em desenvolver o seu setor de hidrocarbonetos para seu benefício econômico. A exploração de hidrocarbonetos é um empreendimento comercial legítimo e parte integrante do seu direito de autodeterminação. Todas as atividades de hidrocarbonetos na plataforma continental das Ilhas Falkland são reguladas pela legislação do Governo das Ilhas Falkland, em estrita conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Rejeitamos qualquer tentativa por parte do governo argentino no sentido de ameaçar os habitantes das ilhas Falkland e prejudicar a sua economia.

**6. Na sua opinião, quais são os fundamentos (jurídicos, históricos ou outros) para o Reino Unido reclamar a soberania das ilhas?**

O Reino Unido não tem dúvida sobre a sua soberania sobre estas ilhas e sobre a área marítima circundante. Com a exceção de um breve período de dois meses de ocupação pela Argentina em 1982, as Ilhas Falkland têm sido continua e pacificamente habitadas e administradas sob soberania britânica desde 1833. Essas ilhas têm sido o lar para os habitantes das ilhas Falkland há mais de 180 anos.

O povo das Ilhas Falkland são britânicos, porque eles escolheram assim ser e isso foi claramente reforçado pelo resultado do referendo em 2013, quando 99,8% votaram a favor de permanecerem como um território britânico ultramarino. O princípio da autodeterminação, consagrado na Carta das Nações Unidas, e do direito dos habitantes das ilhas Malvinas à autodeterminação será sempre a pedra angular da nossa política.

**7. Considera possível ou previsível um entendimento entre o Reino Unido e a Argentina, sem intervenção da Comunidade Internacional?**

O Reino Unido lamenta a política do atual governo argentino e permanece interessado em colaborar com a Argentina em áreas de interesse mútuo no Atlântico Sul, bem como em promover uma melhor cooperação entre a Argentina e as Ilhas Falkland. Acreditamos que há muitos assuntos que as Ilhas Falkland, o Reino Unido e a Argentina podem discutir juntos. Existiram medidas respeitantes à Pesca, aos hidrocarbonetos, à comunicação, ao comércio e ao desenvolvimento da confiança que foram objeto de acordos no passado, mas a Argentina posteriormente terminou esses acordos. Neste sentido devemos nos concentrar em como trabalhar juntos sobre os nossos interesses comuns no futuro. É relevante que muitos países que têm divergências bilaterais ainda colaborem em áreas onde há benefícios mútuos, como cooperação económica e comercial. Esse é o nosso desejo em relação à Argentina.

**8. Na sua perspectiva, o facto do Reino Unido ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá influenciar a resolução do diferendo?**

Não. O Reino Unido tem sido claro que o futuro das Ilhas Falkland deve ser determinado pelo povo das ilhas Falkland, de acordo com as nossas obrigações nos termos da Carta das Nações Unidas, para respeitar o princípio da autodeterminação. O Reino Unido só envolveu o CSNU na disputa quando a Argentina invadiu ilegalmente as ilhas em 1982, mas não acreditamos que haja um papel para o Conselho de Segurança na disputa.

**9. Considera que outras Organizações Internacionais (MERCOSUL, UNASUL ou outra) possam desempenhar um papel preponderante para a resolução do diferendo?**

Não. Para o Reino Unido é muito claro que o futuro das Ilhas Falkland deve ser determinado pelo povo das ilhas Falkland, em conformidade com as obrigações do Reino Unido nos termos da Carta das Nações Unidas em respeitar o princípio da autodeterminação. Não pode haver negociações sobre a soberania, a menos que os habitantes das Falkland assim o desejem ou até o desejarem. Eles deixaram claro que não o desejam. Não há papel para qualquer parte externa.

**10. Deseja acrescentar alguma coisa ao anteriormente mencionado?**

Não.

## Anexos

### Anexo A – Guerra Malvinas/Falkland 1982



Figura 7 - Guerra Malvinas/Falkland 1982

Fonte: (Telo & Pires, 2013, p. 39)

## Anexo B – Resolução do Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas


United Nations	<i>A/AC.109/2014/L.7</i>
	<b>General Assembly</b>
Distr.: Limited 24 June 2014 English Original: Spanish	
<b>Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples</b>	
Bolivia (Plurinational State of), Chile, Cuba, Ecuador, Nicaragua and Venezuela (Bolivarian Republic of): draft resolution	
<b>Question of the Falkland Islands (Malvinas)</b>	
<i>The Special Committee,</i>	
<i>Having considered</i> the question of the Falkland Islands (Malvinas),	
<i>Aware</i> that the maintenance of colonial situations is incompatible with the United Nations ideal of universal peace,	
<i>Recalling</i> General Assembly resolutions 1514 (XV) of 14 December 1960, 2065 (XX) of 16 December 1965, 3160 (XXVIII) of 14 December 1973, 31/49 of 1 December 1976, 37/9 of 4 November 1982, 38/12 of 16 November 1983, 39/6 of 1 November 1984, 40/21 of 27 November 1985, 41/40 of 25 November 1986, 42/19 of 17 November 1987 and 43/25 of 17 November 1988, Special Committee resolutions <a href="#">A/AC.109/756</a> of 1 September 1983, <a href="#">A/AC.109/793</a> of 21 August 1984, <a href="#">A/AC.109/842</a> of 9 August 1985, <a href="#">A/AC.109/885</a> of 14 August 1986, <a href="#">A/AC.109/930</a> of 14 August 1987, <a href="#">A/AC.109/972</a> of 11 August 1988, <a href="#">A/AC.109/1008</a> of 15 August 1989, <a href="#">A/AC.109/1050</a> of 14 August 1990, <a href="#">A/AC.109/1087</a> of 14 August 1991, <a href="#">A/AC.109/1132</a> of 29 July 1992, <a href="#">A/AC.109/1169</a> of 14 July 1993, <a href="#">A/AC.109/2003</a> of 12 July 1994, <a href="#">A/AC.109/2033</a> of 13 July 1995, <a href="#">A/AC.109/2062</a> of 22 July 1996, <a href="#">A/AC.109/2096</a> of 16 June 1997, <a href="#">A/AC.109/2122</a> of 6 July 1998, <a href="#">A/AC.109/1999/23</a> of 1 July 1999, <a href="#">A/AC.109/2000/23</a> of 11 July 2000, <a href="#">A/AC.109/2001/25</a> of 29 June 2001, <a href="#">A/AC.109/2002/25</a> of 19 June 2002, <a href="#">A/AC.109/2003/24</a> of 16 June 2003, the resolution adopted on 18 June 2004, the resolution adopted on 15 June 2005, the resolution adopted on 15 June 2006, the resolution adopted on 21 June 2007, the resolution adopted on 12 June 2008, the resolution adopted on 18 June 2009, the resolution adopted on 24 June 2010, the resolution adopted on 21 June 2011, the resolution adopted on 14 June 2012 and the resolution adopted on 20 June 2013, and Security Council resolutions 502 (1982) of 3 April 1982 and 505 (1982) of 26 May 1982,	
<i>Distressed</i> that, notwithstanding the time that has elapsed since the adoption of General Assembly resolution 2065 (XX), this prolonged dispute has not yet been settled,	

Figura 8 - Resolução do Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas

Fonte: (United Nations, 2014)

**Anexo C – Países e Territórios Ultramarinos**

<b>PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS</b> <b>aos quais se aplicam as disposições da parte IV do Tratado</b>	
	<ul style="list-style-type: none"><li>– A Gronelândia</li><li>– A Nova Caledónia e dependências</li><li>– a Polinésia Francesa</li><li>– as terras austrais e antárcticas francesas</li><li>– as ilhas Wallis e Futuna</li><li>– Mayotte</li><li>– São Pedro e Miquelon</li><li>– Aruba</li><li>– Antilhas Neerlandesas:<ul style="list-style-type: none"><li>– Bonaire</li><li>– Curaçao</li><li>– Saba</li><li>– Santo Eustáquio</li><li>– São Martinho</li></ul></li><li>– Anguilha</li><li>– as ilhas Caimans</li><li>– as ilhas Malvinas-Falkland</li><li>– Geórgia do Sul e ilhas Sandwich do Sul</li><li>– Montserrat</li><li>– Pitcairn</li><li>– Santa Helena e dependências</li><li>– O Território Antártico britânico</li><li>– O Território britânico do Oceano Índico</li><li>– as Ilhas Turcas e Caiques</li><li>– as Ilhas Virgens britânicas</li><li>– As Bermudas</li></ul>

**Figura 9 - Países e Territórios Ultramarinos****Fonte:** (AR, 2008)